



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 009

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 009

9ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Mensagens 03

Ofícios..... 08

Proposta de Emenda Constitucional 08

Indicações 09

Memorando 11

Requerimentos 12

Projetos de Lei 14

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati 17

Dep. Péricles de Mello..... 19

Dep. Fernando Scanavaca 20

Dep. Reni Pereira 21

Dep. Ney Leprevost 22

Dep. Elio Rusch 23

Grande Expediente:

Dep. Elio Rusch 23

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 17

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello..... 20

Liderança do PMDB

Luiz Claudio Romanelli..... 26

Liderança do Governo

Luiz Claudio Romanelli..... 27

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Jocelito Canto..... 29

Liderança da Oposição

Dep. Reni Pereira..... 32

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 33

Discussão/Votação

Redação Final 34

2ª Discussão 35

1ª Discussão 35

Requerimentos 36

Encerramento da Sessão 38

Publicações:

Ata de Comissão

Agricultura..... 38

DIÁRIO Nº 009

9ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
17 DE FEVEREIRO DE 2009**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Dr. Batista e Jonas Guimarães.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Chico Noroeste, Dobrandino

da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Scanavaca, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (45).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Cleiton Kielse, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro e Osmar Bertoldi (09).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagens

MENSAGEM Nº 002/09

Curitiba, em 16/02/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a essa Assembleia Legislativa, anteprojeto de lei dispondo sobre aprovação de abertura de crédito especial no valor de R\$ 39.620.000,00 (trinta e nove milhões, seiscentos e vinte mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado de Obras Públicas - SEOP, aprovado pela Lei Estadual nº 16032, de 29/12/08, visando atender despesas com a aquisição de imóvel para instalações de estacionamento e de jardins da futura sede do Centro Judiciário, em substituição do anteprojeto de lei anterior que solicitava a abertura de Crédito Especial no valor de

R\$19.620.000,00 (dezenove milhões seiscentos e vinte mil reais).

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação de R\$19.620.000,00 (dezenove milhões seiscentos e vinte mil reais) são decorrentes de cancelamento de dotações da Chefia do Poder Executivo - CPE, das Secretarias de Estado da Cultura - SEEC, do Trabalho, Emprego e Promoção Social - SETP e da própria Secretaria de Obras Públicas - SEOP e R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) do recolhimento ao Tesouro Geral do Estado pelo Tribunal de Justiça.

O encaminhamento deste é necessário tendo em vista a exigência por parte do vendedor do imóvel, o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, de que a quitação seja efetuada por um só ente, no caso o Poder Executivo.

Certo de poder contar com a atenção dessa Assembleia Legislativa, reitero a V. Exa. o meu apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica aprovado um crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 16032, de 29/12/08, no valor de R\$ 39.620.000,00 (trinta e nove milhões, seiscentos e vinte mil reais), conforme anexo I desta lei.

Art. 2º Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotações, conforme anexo II desta lei.

Art. 3º Em decorrência do contido nos artigos anteriores desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme anexos III e IV desta lei.

Art. 4º Fica procedida a alteração no Demonstrativo dos Repasses do Tesouro Estadual, conforme anexo V desta lei.

Art. 5º Fica alterado o Programa de Obras constante do anexo V da Lei Orçamentária nº 16032, de 29/12/08, conforme anexo VI desta lei.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

SUPLEMENTAÇÃO DE DESPESA		ANEXO I					R\$1,00
Cód	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Gr Fnte	ALO	Valor	N. do Proc COP
3300	SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS						
3301	GABINETE DO SECRETÁRIO						
1302	CONSTRUÇÃO DO CENTRO JUDICIÁRIO	45906100	100	01	L	3.406.850	0011
			103	01	L	16.213.150	0011
			148	09	L	20.000.000	0011
Total						39.620.000	

CANCELAMENTO DE DESPESA		ANEXO II					R\$ 1,00
Cód	Especificação	Natureza da Des- pesa	Fonte	Gr Fnte	ALO	Valor	N. do Proc COP
1100	CHEFIA DO PODER EXEC- UTIVO						
1101	GABINETE DO SECRETÁRIO - CASA CIVIL						
1004	INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL NA COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	45906500	125	01	L	793.000	0010
3300	SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS						
3301	GABINETE DO SECRETÁRIO						
1302	CONSTRUÇÃO DO CEN- TRO JUDICIÁRIO	44905100	103	01	L	7.000.000	0010
5100	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA						
5102	DIRETORIA GERAL						
2273	ADMINISTRAÇÃO DAS POLÍTICAS DE AÇÃO E INSERÇÃO CULTURAL	33404100	125	01	L	424.850	0010

CANCELAMENTO DE DESPESA		ANEXO II					R\$ 1,00
5300	SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, EMPREGO E PROMOÇÃO SOCIAL	44403900	125	01	L	251.450	0010
		44405100	125	01	L	2.297.690	0010
		44405200	125	01	L	26.010	0010
5302	DIRETORIA GERAL						
2305	GESTÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	33404100	125	01	L	800.000	0010
		44405100	125	01	L	1.100.000	0010
		44405200	125	01	L	850.000	0010
5361	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS						
2494	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	33504100	125	01	L	2.000.000	0010
		44505100	125	01	L	3.500.000	0010
		44505200	125	01	L	277.000	0010
		44904200	125	01	L	300.000	0010
Total						19.620.000	

ACRÉSCIMO RECEITA CENTRALIZADA		ANEXO III				R\$ 1,00
Código	Especificação	Fonte	Gr Fonte	Valor	Pro- cesso	
1113.02.12	Imp. s/Oper. Relat. à Circ. de Merc. e s/Prest. de Serv. de Transp. Interes. e Interm. e de Comun. - Parc. Estad.	100	01	4.258.563	0011	
1721.99.01	Auxílio aos Estados Exportadores	103	01	9.213.150	0011	
2472.99.00	Outras Transferências de Convênios dos Estados	148	09	20.000.000	0011	
9113.02.12	Dedução de Receita de ICMS para a Formação do FUN-DEB	100	01	851.713-	0011	
Total				32.620.000		

REDUÇÃO RECEITA CENTRALIZADA		ANEXO IV			R\$ 1,00
Cód	Especificação	Fonte	Gr Fonte	Valor	Pro- cesso
2211.99.00	Receita de Outros Títulos	125	01	12.620.000	0010
Total				12.620.000	

REDUÇÃO DOS REPASSES		ANEXO V		R\$ 1,00
Cód	Especificação	Valor	Pro- cesso	
5361	SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, EMPREGO E PRO- MOÇÃO SOCIAL			
	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS RECUR- SOS PRÓPRIOS DO TESOURO	6.077.000	10	
Total		6.077.000		

CANCELAMENTO DE OBRAS		ANEXO VI					R\$ 1,00
Cód	Especificação	Fonte	Gr. Fonte	ALO	Valor	Processo	
1100	CHEFIA DO PODER EXEC-UTIVO	125	01	L	793.000	0010	
1181	COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR						
1803	OBRAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO E RESÍDUOS SÓLIDOS - SANEPAR						
990	ESTADO						
5000	As Obras detalhadas no Anexo VII, totalizam neste Projeto R\$ 793.000,00						
3300	SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS						
3301	GABINETE DO SECRETÁRIO						

CANCELAMENTO DE OBRAS		ANEXO VI				R\$ 1,00
1302	CONSTRUÇÃO DO CENTRO JUDICIÁRIO					
280	Curitiba					
0001	Construir o Centro Judiciário de Curitiba e elaborar os estudos e projetos referentes à obra	103	01	L	7.000.000	0010
5100	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA					
5102	DIRETORIA GERAL					
2273	ADMINISTRAÇÃO DAS POLÍTICAS DE AÇÃO E INSERÇÃO CULTURAL					
990	ESTADO					
5000	As Obras detalhadas no Anexo VII, totalizam nesta Atividade R\$ 2.650.000,00	125	01	L	2.297.690	0010
5300	SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, EMPREGO E PROMOÇÃO SOCIAL					
5302	DIRETORIA GERAL					
2305	GESTÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA					
990	ESTADO					
5000	As Obras detalhadas no Anexo VII, totalizam nesta Atividade R\$ 1.290.000,00	125	01	L	1.100.000	0010
5361	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS					
2494	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA					
990	ESTADO					
5000	As Obras detalhadas no Anexo VII, totalizam nesta Atividade R\$ 3.960.000,00	125	01	L	3.500.000	0010
Total		Tes.		L	14.690.690	

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 003/09

Curitiba, 11/02/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso, ao Município de Arapongas, de área de terras com 868 m², destacada da quadra 14-A, com frente para a Rua Flamingos, naquele Município, contendo área construída de 673,30m², conforme Transcrição das Transmissões sob nº 4524, do 2º Ofício de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Arapongas.

O plano de lei em referência consulta aos elevados interesses públicos, eis que a mencionada área será utilizada, pelo Cessionário, exclusivamente para implantação de serviços da Administração Pública Municipal, condição resolutiva esta que consta no texto do anteprojeto de lei em causa. A cessão de uso ora proposta vigorará até 31/12/10, podendo ser prorrogada mediante consenso entre as partes.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão de uso, ao Município de Arapongas, de área de terras com 868m², destacada da quadra 14-A, com frente para Rua Flamingos, naquele Município, contendo área construída de 673,3m², conforme Transcrição das Transmissões sob nº 4524, do 2º Ofício de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Arapongas.

Art. 2º O imóvel em questão será utilizado, exclusivamente, para a implantação de serviços da Administração Pública Municipal, retornando ao patrimônio do Estado caso se comprove uso distinto do assim estabelecido.

Art. 3º A presente cessão de uso terá vigência até 31/12/10, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes e comprometendo-se, o Cessionário, quando da devolução, a entregar o imóvel em plenas condições de utilização.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios

OFÍCIO Nº 035/09

Curitiba, 16/02/09.

Prezados Senhores:

Pelo presente solicito a inscrição no Grande Expediente, da Sessão Plenária do dia 25 de março do corrente ano, para pronunciamento e homenagem ao Departamento de Polícia Federal no Estado do Paraná, por ocasião da data comemorativa (dia 28) a criação do Departamento da Polícia Federal.

Na oportunidade estaremos contando com a ilustre presença do Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Paraná, Dr. Maurício Leite Valeixo.

Desde já agradecemos a atenção dispensada.

Cordiais saudações,

(a) NEY LEPREVOST

OFÍCIO S/N

Curitiba, 17/02/09.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que estive ausente nas Sessões Plenárias de 02 a 14 de fevereiro, devido ao fato de estar representando oficialmente este Poder Legislativo em visita a Itália, para conhecer a atividade industrial de reciclagem e de logística desenvolvida naquele País.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço antecipadamente.

(a) RENI PEREIRA

Proposta de Emenda Constitucional

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nos termos do artigo 64 da Constituição do Estado do Paraná, promulga a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O parágrafo 7º do artigo 27 da Constituição Estadual do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 27...

...

§ 7º Os vencimentos dos servidores estaduais devem ser pagos até o último dia útil do mês vencido, em horário de atendimento bancário, corrigindo-se os seus valores, se tal prazo for ultrapassado.”

Art. 2º Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17/02/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

Apoioamento:

Péricles de Mello, Rosane Ferreira, Nelson Justus,

Ney Leprevost, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Elton Welter, Luciana Rafagnin, Tadeu Veneri, Augustinho Zucchi, Luiz Carlos Martins, Miltinho Pupio, Ademar Traiano, Valdir Rossoni, Fernando Scanavaca, Plauto Miró, Pedro Ivo, Mauro Moraes, Felipe Lucas, Jocelito Canto, Elio Rusch, Caíto Quintana, Duílio Genari, Dobrandino da Silva, Marcelo Rangel, Durval Amaral, Luiz Accorsi e Dr. Batista.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta de emenda à Constituição do Estado do Paraná vem ao encontro de inúmeras solicitações de servidores do Estado do Paraná, notadamente aqueles de vencimentos menores, os quais dependem dos trâmites e horários de funcionamento bancário para terem acesso aos seus salários.

O pagamento dos vencimentos do funcionalismo público estadual no último dia do mês vencido, conforme determina a Constituição paranaense, ocasiona, àqueles servidores que não possuem conta corrente, a prorrogação em até três dias para o acesso à sua remuneração em várias ocasiões durante o ano, ocasionando, principalmente aos servidores de menores salários, inúmeros transtornos e dificuldades financeiras nesses períodos. Somente neste ano de 2009, tal situação se repetirá por seis vezes dado ao período previsto para pagamento coincidir com finais de semana e/ou feriados.

A alteração do período de pagamento para o último dia útil, previsto na presente proposta de emenda, irá corrigir este problema, garantindo o acesso efetivo à remuneração ao final do mês, trazendo tranquilidade a milhares de famílias de servidoras e servidores do Estado do Paraná. Tal medida não acarretará, entretanto, qualquer custo adicional ao Tesouro do Estado, pois apenas determina que o sistema finalize os procedimentos de crédito e/ou ordem de pagamento dentro do expediente bancário do último dia útil do mês, garantindo desta forma que, no último dia efetivo de cada mês, todos os servidores estaduais tenham seus salários em mãos.

Indicações

INDICAÇÕES Nº 149/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e Paraná Esportes, estudos de viabilidade para implantação de uma academia da terceira idade no Município de São Tomé.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e a Paraná Esporte, estudos de viabilidade para implantação de uma academia da terceira idade no Município de São Tomé.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Vereador Laerte Inácio, da Câmara Municipal de São Tomé/PR.

Sala das Sessões, em 17/02/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A implantação desta academia da terceira idade é reivindicação constante da sociedade do Município de São Tomé. Acredito que quando investimos em esportes estamos investindo em saúde preventiva. A implantação desta Academia terá muita importância à comunidade deste município e principalmente aos idosos. Dessa forma conto com o apoio de meus Pares para que seja aprovada a presente indicação.

INDICAÇÃO Nº 150/09

SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretario de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao Município de Mandaguaçu, uma (01) ambulância ou recursos para a compra de uma.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao Município de Mandaguaçu de uma ambulância ou recursos para a compra de uma.

Mandaguaçu realiza um trabalho efetiva de atendimento médico para as pessoas carentes, principalmente, transportando-os para serem atendidos em centros maiores, quando o caso assim exige e a ambulância do Município está sem condições de uso.

Esta indicação legislativa representa o pedido da Câmara de Vereadores de Mandaguaçu para que o Município possa atender a grande demanda de pacientes que diariamente necessitam de locomoção para outros centros, considerando o número limitado de veículos atualmente utilizados pelo Departamento de Saúde do Município.

Sala das Sessões, em 17/02/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

INDICAÇÃO Nº 151/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a construção de quadra coberta no Colégio Municipal Noêmia do Amaral, no Município de Paranaíba.

Ao Sr. Governador, Sra. Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação que determinem a construção da quadra coberta no Colégio Municipal Noêmia do Amaral,

no Município de Paranavaí, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 17/02/09.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Municipal Noêmia do Amaral, no Município de Paranavaí, está situado em localidade carente, razão pela qual tornou-se referência não só para os estudantes, mas, principalmente, de toda a comunidade, por ser centro que agrega todas as faixas etárias dessa localidade.

Desnecessário, pois, descrever os benefícios que trarão a construção de uma quadra poliesportiva coberta na escola de Paranavaí.

Em face disso, certos de poder contar com o apoio do Governo do Estado do Paraná, solicita-se o auxílio da Secretaria da Educação, a fim de seja, afinal, construída a tão sonhada quadra coberta.

INDICAÇÃO Nº 152/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a construção de quadra coberta no Colégio Municipal Antônio F. de Souza, no Município de Diamante do Norte.

Ao Sr. Governador, Sra. Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação que determinem a construção da quadra coberta no Colégio Municipal Antônio F. de Souza, no Município de Diamante do Norte, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 17/02/09.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Diamante do Norte, além de ser área carente de recursos de toda sorte, tem no Colégio Municipal Antônio F. de Souza referência não só para os estudantes, mas, principalmente, de toda a comunidade, por ser centro que agrega todas as faixas etárias dessa localidade.

Desnecessário, pois, descrever os benefícios que trarão a construção de uma quadra poliesportiva coberta nessa escola.

Em face disso, certos de poder contar com o apoio do Governo do Estado do Paraná, solicita-se o auxílio da Secretaria da Educação, a fim de seja, afinal, construída a tão sonhada quadra coberta no Colégio Municipal Antônio F. de Souza.

INDICAÇÃO Nº 153/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Sr. Roberto Requião e à Secretária de Estado da Cultura a

construção de Biblioteca Cidadã no Município de Campina Grande do Sul.

O Deputado Edson Strapasson, no uso das suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, REQUER que seja proposto ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e a Secretária de Estado da Cultura Vera Maria Haj Mussi Augusto, a construção de Biblioteca Cidadã no Município de Campina Grande do Sul.

Sala das Sessões, em 17/02/09.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária devido o Município de Campina Grande do Sul possuir uma população com baixo poder aquisitivo e que em muitas vezes não possuem condições de custear materiais didáticos aos jovens e as crianças.

A população local está pleiteando este tipo de benefício, tendo em vista o aprimoramento cultural que estes espaços proporcionam à comunidade.

Por essa razão consideramos o pleito legítimo e justo para contribuir com o desenvolvimento cultural e educacional da população, trazendo conhecimento e promovendo cidadania ao referido Município.

INDICAÇÃO Nº 154/09

SÚMULA:

Solicita urgentes providências para resolver problemas estruturais na cadeia de Peabiru.

Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

Considerando:

1) A cadeia de Peabiru (interditada desde 2002) foi recentemente reformada e ainda não recebeu ordem para utilização em virtude de falhas constatadas nas obras de reforma;

2) Que os presos oriundos da Comarca de Peabiru são encaminhados para a cadeia de Araruna, que não possui mínimas condições de segurança e com superlotação de presos, favorecendo a fugas e rebeliões;

3) Que não existe pessoal em quantidade de efetivo para atendimento às mínimas condições de segurança nas cadeias de Araruna e Peabiru;

Solicita urgentes providências no sentido de:

1) Atender urgentemente às necessidades de melhorias na estrutura da cadeia de Peabiru para que a mesma possa ser liberada para receber os presos, ou seja, colocação de tela de proteção sobre a cadeia e aumento da altura da guarita, entre outras;

2) Após a mudança dos presos de Araruna para a cadeia de Peabiru, que a mesma seja reformada;

3) Aumento do efetivo das cadeias de Peabiru e Araruna para melhoria na segurança dos presos e atendimento da população.

Certo que as providências serão tomadas, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 17/02/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 155/09

SÚMULA:

Sugere a doação de um ônibus ao Município de Mariluz.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - doação de um ônibus ao Município de Mariluz.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Mariluz, tendo em vista que o Município de Mariluz não possui um ônibus para atender as necessidades da comunidade.

Sala das Sessões, em 17/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 156/09

SÚMULA:

Propõe ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, Dr. Gilberto Martin, a reforma do Hospital Municipal Lauro Macedo Sobrinho situado no Município de Centenário do Sul.

Art. 1º Propõe que o Poder Executivo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, a reforma do Hospital Municipal Lauro Macedo Sobrinho, situado no Município de Centenário do Sul

Sala das Sessões, em 17/02/09.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Centenário do Sul com mais de 11 mil habitantes é atendida por uma estrutura de saúde composta por três postos de saúde, equipes do Programa Saúde da Família, e do Hospital Municipal Lauro Macedo Sobrinho.

Com o arrocho financeiro por que passam os Governos Municipais, em especial de nossas pequenas Cidades, o Hospital Municipal Lauro Macedo Sobrinho ficou anos sem investimento. Hoje se encontra em situação muito precária, tendo, inclusive, seu centro cirúrgico interditado.

O hospital possui 29 leitos, e hoje apenas executa algumas internações clínicas e partos normais. Com investimentos o hospital poderá atender as quatro especi-

alidades básicas (clínica médica, cirurgia geral, obstetrícia e pediatria).

Entendendo que o investimento descentralizado em saúde economiza e agiliza o tratamento médico-hospitalar, e dessa forma aumenta a qualidade de vida de nossa população, acredito ser de fundamental importância a reforma do Hospital Municipal Lauro Macedo Sobrinho, que não excederá R\$ 300 mil o que é um investimento pequeno diante de todo o benefício que poderá gerar a referida reforma.

INDICAÇÃO S/N

Senhor Presidente:

O Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, no uso de suas atribuições regimentais, vem indicar o Deputado José Lemos, para compor a comissão que irá analisar a Proposta de Emenda à Constituição Estadual - PEC nº 14/09, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que acrescenta artigo 174-A na Constituição do Estado.

Sala das Sessões, em 17/02/09.

(a) PÉRICLES DE MELLO

INDICAÇÃO S/N

Sr. Presidente:

O Líder do Partido dos Trabalhadores, no uso de suas atribuições regimentais, vem comunicar, mudança dos membros da bancada, em Comissões Permanentes desta Casa, passando a ser da seguinte forma:

Comissão de Direitos Humanos: Deputado Tadeu Veneri.

Comissão de Defesa do Consumidor: Deputada Luciana Rafagnin.

Sala das Sessões, em 17/02/09.

(a) PÉRICLES DE MELLO

Memorando

MEMORANDO

Solicito aos Sr. Líderes do PMDB, PSDB, PT, Democratas, PP e Bloco PSB/PRB/PR indicarem membro partidário, para Comissão Especial de Reforma da Constituição, que irá opinar sobre a Proposição nº 014/09, que objetiva acrescentar artigo 147-A, na Constituição do Estado do Paraná.

PMDB - Jonas Guimarães

PSDB - Ademar Traiano

PT - Professor Lemos

Democratas - Durval Amaral

PP - (*) Ney Leprevost

Bloco PSB/PRB/PR - (*) Reni Pereira

(*) sorteio para escolha do último membro.

Sala das Sessões, em 17/02/09.

(a) MESA EXECUTIVA

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 330

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER seja justificada ausência em plenário na Sessão Ordinária do dia 18 de fevereiro do corrente ano, por compromisso que cumprirá no Município de Umuarama, na abertura do Show Tecnológico Arenito Caiuá, que contará com a presença do Exmo. Vice-Governador, Sr. Orlando Pessuti.

Sala das Sessões, em 17/02/09.

(a) FERNANDO SCANAVACA

REQUERIMENTO Nº 331

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência de Sessão do dia 16 do mês corrente, devido a compromisso com diretores de hospitais, na condição de Presidente da Comissão de Saúde Pública.

Sala das Sessões, em 17/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 335

Senhor Presidente:

Solicitamos o uso do plenarinho da Assembleia Legislativa para a realização da Audiência Pública sobre o Dia Internacional de Prevenção a LER/DORT, no dia 03/03/09, às 10h.

Sala das Sessões, em 17/02/09.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 348

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, comparece perante V. Exa. para REQUERER, após ouvido o douto Plenário desta Casa, a realização conjunta de Audiência Pública pelas respeitadas Comissões Temáticas Permanentes de Obras Públicas, Transportes e Comunicação e de Defesa do Consumidor com o objetivo de avaliar as condições do transporte coletivo na Região Metropolitana de Curitiba.

Tal requerimento funda-se no fato de que, segundo notícias amplamente divulgadas pela imprensa, há assobramento de usuários no sistema e comprometimento da segurança dos usuários.

Sala das Sessões, em 17/02/09.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 320

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário,

REQUER voto de pesar pelo falecimento de Regiane Vieira dos Santos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/02/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 321

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Lourival Batista, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/02/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 326

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Prefeito de Maringá, Exmo. Sr. Silvio Barros II, em razão da posse da presidência da Associação dos Consórcios e Associações Intermunicipais de Saúde do Paraná, para o biênio 2009/2010.

Silvio liderou chapa de consenso dos 20 consórcios intermunicipais de saúde e tomou posse sucedendo a Prefeita de Jacarezinho, Valentina Helena de Andrade Toneti.

Sala das Sessões, em 17/02/09.

(a) CIDA BORGHETTI

Apoioamento:

Dr. Bastista.

REQUERIMENTO Nº 345

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o registro de votos de congratulações ao Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais - CESCAGE, pela realização do trote social que marcou o início das comemorações dos 10 anos de CESCAGE, onde destaca-se as atividades desenvolvidas na área social pelos seus alunos, em especial, a transformação das casas do Jardim Paraíso e Vila Coronel Cláudio.

Requer ainda, seja encaminhada correspondência dando ciência da aprovação do referido requerimento para a Diretora Sra. Júlia Streski Fagundes Cunha, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 17/02/09.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 336

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Editora Aymarã.

Sala das Sessões, em 17/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Editora Aymará, que cumpre seu papel social, dando importante apoio ao 12º Natal da Cidadania, que levou alegria, cultura e diversão a mais de 4 mil crianças, sendo uma empresa que se destaca no seu ramo de atividade e demonstra responsabilidade para com a sociedade através de ações que atingem a comunidade como um todo, buscando metas não só empresariais, mas também metas humanitárias e sociais, que tornem a nossa Curitiba, o nosso Paraná e o Brasil melhores.

REQUERIMENTO Nº 337

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Valderéz Camargo da Silva.

Sala das Sessões, em 17/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Valderéz Camargo da Silva, diretora da Penitenciária Feminina do Paraná, unidade penal de segurança máxima, destinada às presas provisórias e condenadas, onde desenvolve atividades para reintegração social das internas, zelando pelo seu bem-estar, através da profissionalização, educação, prestação de assistência jurídica, psicológica, social, médica, odontológica, religiosa e material, atendendo também aos filhos das internas através de uma creche e prestando assistência às gestantes, parturiente e aos menores de seis anos, filhos das detentas.

REQUERIMENTO Nº 338

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Vereador Marcos Adriano Labres.

Sala das Sessões, em 17/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Vereador Marcos Adriano Labres, que assume seu mandato com a responsabilidade do voto popular e democrático, para bem representar a população do município de Jaguariaíva e demonstrar seu respeito a esta população elaborando leis, fiscalizando e julgando as contas do Executivo, emitindo sua opinião diante da inviolabilidade de seus pensamentos e legislando sobre assuntos de interesse local.

REQUERIMENTO Nº 339

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Dr. Giovanni Loddo.

Sala das Sessões, em 17/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Giovanni Loddo, médico patologista e professor, que deixa a Administração do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná, o maior hospital universitário do Estado, depois de realizar excelente trabalho frente àquela instituição, implementando um modelo de gestão semelhante ao praticado em grandes empresas, mudando a realidade do hospital, através da autonomia dada aos departamentos, treinamento dos gestores, estabelecendo metas e resultados, descentralizando o poder e recuperando a credibilidade e transformando-o em referência nacional, sua direção foi ética e competente, demonstrando toda sua responsabilidade para com o patrimônio público e a sociedade.

REQUERIMENTO Nº 340

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Pastor Nathaniel M. Brandão Jr.

Sala das Sessões, em 17/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Pastor Nathaniel M. Brandão Jr., Presidente do Lar Batista Esperança, onde atende crianças e adolescentes carentes, dando-lhes um lar, educação, orientação e aconselhamento na área de ação social e religiosa, através de casas lares, tornou possível a vários jovens uma esperança de melhora em suas vidas, proporcionando a estes cursos profissionalizantes, não esquecendo dos doentes, presta atendimento a recém nascidos portadores do vírus HIV, sua disposição em ajudar ao semelhante é realizada com alegria e integridade, demonstrando toda sua fé no semelhante e em Deus.

REQUERIMENTO Nº 341

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a professora Dra. Heda Maria Barska dos Santos Amarante.

Sala das Sessões, em 17/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a professora Dr. Heda Maria Barska dos Santos Amarante, que assume a direção geral do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná, como a primeira mulher a ocupar o cargo, pela sua capacidade e competência já demonstrada frente a direção do corpo clínico do mesmo hospital, recebe esta incumbência com conhecimento e determinação para dar continuidade na boa administração implementada, referendando os atos que elevaram a instituição à condição de referência nacional.

REQUERIMENTO Nº 344

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a formação de uma Comissão Especial para inspecionar as obras de dragagem que estão sendo realizadas no porto de Paranaguá, composta por sete membros com prazo de 60 (sessenta) dias.

Sala das Sessões, em 17/02/09.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 311

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de pedido de informações ao Secretário de Estado do Meio Ambiente, através do IAP, se a empresa de fertilizantes Heringer S/A, possui licença ambiental para funcionamento? Qual o número e quando foi expedida?

Sala das Sessões, em 17/02/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 032/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As empresas de construção civil ficam obrigadas a promover a vacinação antitetânica em todos os seus empregados, no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 2º O Poder Executivo Estadual, conjuntamente com a Secretaria de Saúde, regulamentará esta lei no prazo de 60 dias contados a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17/02/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei objetiva resguardar a integridade física das pessoas que trabalham diretamente na construção civil. Indiretamente o presente projeto de lei visa desonerar o sistema público de saúde.

O número de acidentes ocorridos na construção civil com a possibilidade de contração da doença do tétano é muito grande. Desta forma a prevenção reveste-se de grande importância para o sistema público de saúde e para as empresas.

É direito do trabalhador a segurança e saúde no ambiente de trabalho. A vacinação preventiva destes tra-

balhadores, portanto, será uma forma de assegurar estes direitos.

PROJETO DE LEI Nº 033/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Caminhoneiros dos Campos Gerais - ACCG, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17/02/09.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

Os profissionais do transporte que passam parte de seus dias em trânsito e distante das residências tem na Associação dos Caminhoneiros dos Campos Gerais um local de encontro, onde se promove atividades de lazer e integração buscando um clima de harmonia entre os membros desta categoria. Através de parcerias público e privadas promovem ações, estabelecem convênios, realizam programas que viabilizam elevar a qualidade de vida destes profissionais bem como de seus familiares.

PROJETO DE LEI Nº 034/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural Sol Maior, com sede e foro no Município e Comarca de Colorado.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17/02/09.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Cultural Sol Maior é uma sociedade civil para fins não econômicos, de direito privado, com prazo indeterminado de duração e com sede e foro na Comarca e Cidade de Colorado - Estado do Paraná.

Tem por finalidade precípua formar um grupo vocal (coral), dando a devida orientação pedagógica musical a seus integrantes. E ainda proporcionar congraçamento e integração entre os associados, bem como, divulgar a cultura através do Canto Coral.

Pelos anos de existência da entidade e pelo trabalho que vem prestando a favor de seus associados, está habilitada a ser reconhecida de utilidade pública estadual.

Contando com o voto favorável de todos os nobres colegas Parlamentares, agradeço o apoio.

PROJETO DE LEI Nº 035/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam as instituições de ensino privadas, sediadas no Estado do Paraná, proibidas de cobrar de seus alunos qualquer taxa ou outro tipo de valor, para aquisição de material de ensino de uso coletivo.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17/02/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição destina-se a atender aos anseios populares, uma vez que pais de alunos veem ao longo dos anos sendo compelidos a adquirirem além das extensas listas de material de ensino de uso individual, outros itens, intitulados como material de uso coletivo, tais como papel higiênico e material de expediente (como giz, folhas brancas, etc.), que deveriam ser de responsabilidade das instituições de ensino. Pressupõe-se que tais despesas já estão, ou deveriam estar previstas nas mensalidades pagas no decorrer do ano.

É o que prevê a Resolução nº 001/83, do Conselho Federal de Educação, em seu artigo 2º, parágrafo 1º, e a Resolução nº 003/89, no artigo 4º, parágrafo 1º, as quais estipulam que constituem encargos educacionais, de responsabilidade do corpo discente, o pagamento de anuidade a qual, dentre outras despesas, servirá também para custear material de ensino de uso coletivo.

Resolução nº 01/83-CFE:

“Art. 2º Constituem encargos educacionais de responsabilidade do corpo discente:

1º A anuidade escolar, desdobrada em duas semestralidades, constitui a contraprestação pecuniária correspondente à educação ministrada e à prestação de serviços a ela diretamente vinculados, como a matrícula, estágios obrigatórios, utilização de laboratórios e biblioteca, material de ensino de uso coletivo, material destinado a provas e exames, 1ª via de documentos para fins de transferência, certificados ou diplomas (modelo oficial) de certificados de conclusão de cursos, de identidade estudantil, de boletins de notas, de cronogramas, de horários escolares, de currículos e de programas”. (grifei).

Resolução nº 003/89-CFE:

“Art. 4º Constituem encargos educacionais de responsabilidade do corpo discente:

1º A mensalidade escolar constitui a contraprestação pecuniária correspondente à educação ministrada e à prestação de serviços a ela diretamente vinculados como matrícula, estágios obrigatórios, utilização de laborató-

rios e biblioteca, material de ensino de uso coletivo, material destinado a provas e exames, de certificados de conclusão de cursos, de identidade estudantil, de boletins de notas, cronogramas, de horários escolares, de currículos e de programas” (grifei)

Assim sendo, o que há na realidade, é um desvio de finalidade praticado por representantes das instituições de ensino que deveriam se ater a, tão-somente, prestar os seus serviços adequadamente em cumprimento às normas gerais da educação nacional como dispõe o inciso do artigo 209 da Constituição Federal.

Oportuno destacar ainda, que tal cobrança contraria dispositivos do Código de Defesa do Consumidor, no que diz respeito à coibição de práticas (artigo 39, V) ou cláusulas (artigo 51, IV parágrafo 1º, I, II e III) abusivas e que se tornem excessivamente onerosas ao consumidor.

A Constituição Federal de 1988 estabelece competência concorrente aos Estados em matérias relacionadas ao consumo e a dano ao consumidor, conforme se depreende dos incisos V e VIII do artigo 24 da referida Carta Magna.

O tema educação tem sido uma de nossas bandeiras já desde a campanha eleitoral e é o grande clamor popular que nos assola e por isso que cada vez mais temos que nos debruçar sobre o tema e apoiar todas as medidas que contribuam para a sua melhora.

São estas as razões, que nos levam a submeter o presente projeto de lei à apreciação desta Casa Legislativa, na expectativa de que seja discutido e, ao final, aprovado na devida forma regimental.

PROJETO DE LEI Nº 036/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, nos termos do artigo 71 da Constituição do Estado do Paraná, promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído, feriado civil no Estado do Paraná, no dia 20 (vinte) de novembro, em homenagem ao aniversário da morte de Zumbi dos Palmares e ao Dia Nacional e Estadual da Consciência Negra.

Art. 2º O Poder Público fica autorizado a executar ações comemorativas alusivas a tal celebração.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17/02/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei ao instituir a data anual de 20 de novembro - data do falecimento de Zumbi dos Palmares e Dia Nacional da Consciência Negra - como feriado estadual tem o intuito de oferecer instrumento

político para estimular a identificação e o reconhecimento do preconceito racial que permeia a sociedade brasileira, bem como de propiciar rica oportunidade de reflexão sobre tal preconceito no Estado do Paraná, com o objetivo maior de superá-lo e promover a igualdade racial.

O Dia da Consciência Negra já é instituído no Estado do Paraná através da Lei nº 15674, de 13/11/07 e também como feriado em diversas Cidades e Estados do Brasil, incluindo essa data em seus calendários oficiais.

A sociedade vive um momento em que o tema da discriminação racial ocupa lugar de destaque e insere-se no amplo debate em torno dos direitos humanos. Em consonância com tal momento, ampliam-se as ações governamentais voltadas para a promoção da igualdade racial e para a inclusão social dos brasileiros afrodescendentes. Nesse sentido, foi sancionada, nos primeiros dias do Governo do Presidente Lula, a Lei nº 10639, de 09/01/03, que *Altera a Lei nº 9394, de 20/12/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e dá outras providências*. O referido instrumento legal acrescenta, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o artigo 79-B, que inclui, no calendário escolar, o dia 20/11 como Dia Nacional da Consciência Negra.

Esta proposição amplia o alcance da Lei Federal nº 10639/03 e da Lei Estadual nº 15674 e constitui importante passo na luta dos negros em favor do reconhecimento de sua cultura, sua cidadania e da igualdade de direitos.

Zumbi, tal como Tiradentes - herói brasileiro homenageado com o feriado nacional de 21/04 - teve a cabeça decepada e exposta à exibição pública. Eternizou-se na consciência de todos os brasileiros como símbolo da luta pela liberdade, pelo respeito aos direitos humanos e pela igualdade racial. Sua importância já foi reconhecida por ocasião da inscrição de seu nome no Livro dos Heróis da Pátria, ao lado do próprio Tiradentes. Cabe-nos, então, reafirmar tal importância, instituindo o feriado de 20/11 como homenagem a esse valoroso herói negro, bem como torná-lo referência positiva de um herói negro para o povo brasileiro.

O quilombo dos Palmares, localizado na atual Cidade de União dos Palmares, na Serra da Barriga, Alagoas, era uma comunidade formada por negros que haviam conseguido escapar das fazendas em que eram escravizados, cuja população alcançou cerca de 30 mil pessoas. Zumbi nasceu livre em Palmares, no ano de 1655, mas foi capturado e entregue a um missionário português quando tinha aproximadamente nove anos. Batizado Francisco, Zumbi recebeu os sacramentos, aprendeu português e latim, e ajudava diariamente na celebração da missa. Apesar das tentativas de torná-lo civilizado, Zumbi escapou em 1670 e, com 15 anos, retornou a Palmares. Zumbi se tornou conhecido pela sua destreza e

astúcia na luta e já era um estrategista militar respeitável quando chegou aos vinte e poucos anos. Logo ele se tornou líder do quilombo de Palmares, continuando a resistência contra a opressão portuguesa. No entanto, 15 anos após ter assumido a liderança, foram organizadas, pelos colonizadores portugueses, sucessivas invasões ao quilombo. Em uma delas, Zumbi se feriu, mas conseguiu fugir. Após quase dois anos de batalhas, aos 40 anos de idade, Zumbi é surpreendido em seu reduto. Apunhalado, resiste, mas é morto e degolado, em 20 de novembro de 1695.

Mostra-se plenamente justificada mais essa homenagem a Zumbi dos Palmares e a todos militares dos movimentos em defesa da história brasileira, para que o povo do Estado do Paraná comemore o Dia Nacional e Estadual da Consciência Negra e que as autoridades do Estado decretem, pelo presente projeto de lei, feriado nessa data simbólica.

Entendemos ser iniciativa de grande importância a instituição oficial de uma data, como o fez a Lei nº 15674, que se constitua referência à herança histórica de tradição e resistência dos milhões de negros e negras brasileiros que, ainda hoje e de muitas formas, se veem apartados da vida social. A instituição de feriado neste dia reafirma o propósito emanado pela lei de 2007 e instiga a reflexão e discussão do tema junto a toda população paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 037/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Núcleo Promocional Pequeno Anjo, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17/02/09.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

O referido projeto de lei tem por objetivo declarar de utilidade pública o Núcleo Promocional Pequeno Anjo, com sede e foro no Município de Ponta Grossa/PR, entidade sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal assistir crianças órfãos ou abandonadas, acolhendo-as e abrigando-as em caráter temporário, promovendo-lhes assistência material e psicológica.

O Núcleo Promocional Pequeno Anjo tem fiscalização direta e permanente da Vara de Infância e da Juventude de Ponta Grossa.

A aprovação do presente projeto permitirá à entidade requerer recursos oriundos dos poderes públicos, o que facilitará a execução de seus objetivos e para tanto, pedimos o apoio dos nobres Pares desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 038/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Universitários de São João do Triunfo - AUNITRIUNFO, com sede e foro na Comarca de São João do Triunfo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17/02/09.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Estudantes de São João do Triunfo é organizada para defender os interesses da comunidade estudantil junto aos poderes públicos e privados e para captação de recursos viabilizando assim manutenção e melhorias no transporte de estudantes, seus associados, as respectivas universidades onde estudam.

Tendo relevada importância na vida acadêmica dos universitários de São João do Triunfo e por prestar serviços a comunidade é que solicitamos homologar o título de utilidade pública a esta entidade.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, paranaenses que nos dão a honra de acompanhar e fiscalizar o meu trabalho e dos nossos colegas, através dos jornais, da TV SINAL que transmite as Sessões da Casa.

Estamos recebendo da Associação Paranaense de Suinocultores: “Suinocultores do Estado pedem socorro novamente”.

Em que pese eu não fazer política no Sudoeste, porque a minha base é Londrina, mas devemos apoiar todos aqueles que trabalham. O agricultor merece nosso apoio, o pecuarista, o industrial, o operário, a classe trabalhadora, o aposentado e também hoje queremos dar apoio aos suinocultores que estão clamando pelo apoio desta Casa.

Lamentavelmente tem muitas providências aqui que só podem ser adotadas por Brasília. Se falarmos talvez não resolva nada. Mas se ficarmos calados, mudos, pior ainda. Devemos ter coragem de prestar solidariedade a quem precisa do socorro desta Casa, e neste momento são os suinocultores. Eles passam por dificuldades e apresentam aqui algumas alternativas para resolver o problema da categoria.

Quais são as alternativas? Prorrogação dos empréstimos contraídos pelos suinocultores. Eles estão endividados nos bancos, a maioria está endividada no próprio Banco do Brasil, que é o banco do Governo. A prorrogação desses empréstimos seria um bom caminho; novos empréstimos para compra de milho, de farelo de soja e de insumos para a suinocultura; R\$ 156 por animal terminado; R\$ 852 por fêmea alojada, com prazo de cinco anos para pagar. Ficando como garantia os próprios animais.

Os suinocultores não querem caridade. Eles querem deixar alguma coisa em garantia e querem pagar o que devem. Depende do Governo Federal, que deve ter um preço mínimo para o suíno, evitando assim a exploração da atividade. Eles pedem a retirada do FUNRURAL, dos suínos reprodutores e também dos leitões.

O nosso apoio aos suinocultores.

A Folha de Londrina traz hoje aqui, a imprensa tem abordado ultimamente o problema da carne bovina. A TV tem mostrado que tem caído um pouco o preço da carne bovina no açougue e nos supermercados. De um modo geral, essa queda é insignificante. A Folha de Londrina, em uma matéria interessante, traz aqui: “O preço do boi cai, mas a carne sobe no mercado.” Aqui está mostrando que o preço do boi - pesquisa divulgada pela Associação Brasileira de Frigorífico - aponta uma redução de 15% no preço da arroba do Paraná. Mas, o consumidor vem pagando mais caro por alguns cortes de carne.

É preciso ter bom senso. Tem pequenos tipos de carne que o preço foi reduzido, mas a matéria inteligente da Folha de Londrina, no geral o pecuarista está recebendo menos dinheiro pela arroba do boi, caiu 15% o preço.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. passa a usar o horário do PP.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

O SR. ANTONIO BELINATI

Então, automaticamente no açougue, se caiu 15% da arroba do boi para o pecuarista, aqui no açougue, ou no supermercado, a carne tinha que estar mais barata. Mas quase não caiu o preço, tem carne que até subiu o preço. Tem brasileiro que daqui a pouco, no preço que está a carne, vai ter que fazer um varalzinho na cozinha, na copa da sua casa, e de vez em quando, Deputado Romanelli, vai ter que pendurar um bife ali na hora do almoço, para a família sentir o cheiro ou pegar um aperitivo.

O Romanelli não tem esse problema, mas é coisa séria, Deputado Romanelli. Tem família aí que mal está podendo sentir o cheiro da carne. Porque um quilo de carne, se for uma carne de primeira, é mais caro que um dia de trabalho de milhões de brasileiros. O brasileiro trabalhando o dia inteiro, o que ele vai perceber ao final do

trabalho, não dá para levar um quilo de carne de primeira para casa. Se ele tem dois, três, quatro filhos, imagine!

Então, aproveitamos aqui para dar um puxão de orelha naquele que é mau brasileiro, naquele que é mau empresário. O pessoal fala em crise, mas tem gente que mete a mão de maneira desavergonhada.

Estava vendo um automóvel modelo Fusion, há um ano e meio esse automóvel estava R\$ 83 mil na revenda Ford. Um ano e meio depois, pela inflação, era para estar mais de R\$ 90 mil. Estão vendendo o mesmo caro, zero quilômetro, agora por R\$ 69 mil. Teve gente que pagou num Fusion em 12 prestações, R\$ 102 mil, R\$ 103 mil, agora ficam horrorizados de ver o preço do automóvel caiu para R\$ 69 mil.

Televisor, tinha TV de plasma que até outro dia estavam vendendo a R\$ 7, 8, 9 mil. Estão vendendo a R\$ 2 mil, R\$ 2 mil e 500. A fábrica continua ganhando dinheiro e as Casas Bahia, Magazine Luiza, Dudoni, etc, vendem por R\$ 2 mil, R\$ 2 mil e 500, a TV que antes era R\$ 7, 8, 9 mil, e todos estão ganhando dinheiro. Então, estavam roubando o povo, estavam explorando o nosso povo.

Geladeira que era R\$ 2 mil, está sendo vendida por R\$ 1 mil e 500, R\$ 1 mil e 200. É crise? Não! é falta de vergonha! É colocar o preço muito alto! Depois reclamam da crise. Eles querem ganhar, fazer fortuna com a venda de poucos produtos.

É o caso do Deputado Dobrandino, V. Exa. que é um exemplo de homem público, que vai ao supermercado, que vai a loja, deve estar se lembrando, até outro dia um videocassete estava custando R\$ 300, 400, 450. DVD, R\$ 500, R\$ 700. Já têm loja vendendo DVD por R\$ 50. Está perdendo dinheiro? Não. Está ganhando dinheiro e a fábrica também!

Quando vemos a crise, em grande parte chama-se crise da ganância, daqueles que querem ganhar muito vendendo pouco para o nosso povo.

Então, está aí aquilo que nós falamos a respeito do preço da carne. Se o pecuarista, agora, está recebendo 15% a menos pelo preço da arroba do boi, por que o público consumidor também não está sendo contemplado na mesma proporção?

É preciso haver bom senso, menos exploração, principalmente em cima do povo de baixa renda. O rico não quer saber. O rico vai ao mercado, ao Muffato, ao Carrefour, ao Condor, Mercadorama, Festival, Wal Mart, ele vai ali e quer picanha argentina, picanha uruguaia, não quer saber de preço. Até deprecia se ele perguntar o preço. Então, não é o rico que temos que defender. Temos que defender a classe trabalhadora e em especial o povo de baixa renda no nosso Paraná.

E, para terminar, que coisa triste. Alô, Governador Roberto Requião! O Governador Roberto Requião assiste às Sessões desta Casa. Até queria que neste momento o Governador Roberto Requião estivesse me vendo, aqui na tribuna, para falar. Governador Roberto Requião, olha que matéria triste da Gazeta do Povo de hoje. Governador

Roberto Requião, se o senhor não leu o jornal, eu vou ler a manchete para o senhor: “Paraná retrocede na inclusão de alunos especiais”.

Governador Roberto Requião, pelo amor de Deus! Vamos fazer um trabalho social! Vamos ajudar os especiais! O Paraná está em último lugar no Brasil, está aqui, na Gazeta do Povo de hoje: “Paraná retrocede na inclusão de alunos especiais”.

Vamos ver o que diz a abertura; “Estudo coloca o nosso Estado, o Paraná, como único Estado do Brasil em que caiu o número de portadores de deficiências matriculados em classes comuns. Metodologia pode ter contribuído para o resultado”. E aqui vem o relatório.

Alô, Governador Roberto Requião, alô equipe do Governador, alô bancada aliada ao Governador Roberto Requião, que dá tanto apoio aqui. Eu não sei, estamos há 40 anos na vida pública e eu nunca vi um Governador ter tanto apoio de uma Assembleia Legislativa, como está tendo o Governador Roberto Requião. Ele aprova tudo o que quer e o que não quer aqui nesta Casa. O Governador tem tido o respaldo desta Casa de Leis. E mesmo assim nós queremos, mesmo como Deputado da Oposição, contribuir, no sentido de fazer um apelo para humanizar o Governo do Estado.

Diz a matéria que o Paraná foi o único Estado do País que teve queda nas matrículas de alunos especiais em classes comuns. O Paraná teve uma queda de 33,5%. Imagine como estão tristes a mãe, o pai, a família de um aluno que é especial. O Paraná está andando de marcha a ré no atendimento a esse segmento que merece nosso amor, nosso respeito. Isto é uma vergonha para nós. É humilhante. Estamos sendo humilhados com esta matéria que diz que o Paraná é o pior Estado do Brasil em termos de atendimento em escola para excepcionais, para sala comum. Tivemos uma queda de 33,5%. É o pior atendimento em todo o território brasileiro. Pela graça de Deus não temos nenhum filho que seja portador de necessidade especial. Mas, quero prestar a solidariedade à mãe, ao pai, nosso respeito, nosso carinho às famílias, aos dirigentes, aos funcionários, aos professores que trabalham em escolas, dedicando o melhor para os alunos especiais.

Fico triste, e faço desta tribuna um apelo ao coração do Governador Roberto Requião, que está caminhando para o encerramento da sua carreira. Uma carreira brilhante na vida pública: foi Vereador, tivemos a honra de tê-lo como Deputado, foi Senador da República, se não estou equivocado, por dois mandatos. Terceiro mandato como Governador. Governador Roberto Requião, V. Exa. está caminhando para a etapa final do seu mandato como Governador, que pode, quem sabe, ser o último da sua vida. Então, aproveite, Governador, faça um trabalho social, humano e cristão, dedique verba, determine à sua equipe que faça o melhor que puder pelos alunos especiais. Vamos dar uma grande lição não de coisa negativa para o Brasil, mas vamos dar uma lição positiva de humanismo, de humanidade, de solidariedade aos especiais e aos seus familiares também, porque

lamentavelmente esta matéria de hoje vai entrar nos Anais da história como um ponto negativo de retrocesso, de contramão do Governo do Paraná no tocante àquilo que está deixando de bom, que não está fazendo, e por isso o Paraná hoje entra no ranking em uma liderança negativa e não positiva, porque pouco ou quase nada nossas autoridades estão fazendo por aquelas criaturas especiais, que são abençoadas por Deus e que merecem todo o apoio, sim, do Governo, desta Casa e da sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, e Srs. Deputados.

Subo á tribuna nesta tarde para tecer alguns comentários sobre a situação grave dos pescadores artesanais do litoral paranaense. Desde o começo deste mandato tenho me aproximado dos pescadores, aprofundi um pouco os meus conhecimentos sobre a situação da sua existência no litoral através de alguns companheiros, como o Paulo, Presidente do PT em Guaratuba, tive contato com as colônias de pescadores, conheci os seus problemas e desde o início do mandato tivemos algumas conquistas.

Em 2007, em uma audiência que fizemos com o Diretor do IAP, conseguimos revogar uma portaria do próprio IAP, que impedia a pesca da tainha na baía de Guaratuba. O Presidente do IAP nos atendeu muito bem e foi sensível ao apelo dos pescadores. A portaria foi revogada, houve logo depois reações de setores de Guaratuba que talvez tenham jogado na baía manilhas com arame farpado para dificultar a pesca - e eu denunciei nesta Casa, em uma manhã de quinta-feira - para dificultar o trabalho dos pescadores artesanais. Mas isso foi superado, tendo inclusive os pescadores uma maturidade incrível, pessoas que vivem tradicionalmente, ancestralmente da pesca como única forma de sobrevivência de suas famílias, se dispõem a conversar com os órgãos públicos. Os pescadores entendem que nos meses de janeiro e fevereiro eles querem ter um convívio harmônico com a pesca esportiva e com o turismo, e se dispõem, nesses períodos, a não pescar durante o dia. Então eles têm a melhor das boas vontades.

E assim nós começamos um trabalho, fomos até o Governador e pedimos o subsídio do óleo diesel que os Estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, há bastante tempo, já oferecem e no Paraná, apesar de termos uma legislação, a coisa não andava. O Governador Requião determinou que fôssemos a Receita Estadual, estamos encaminhando, já contatamos com as empresas que vão vender o óleo diesel e tivemos um subsídio de mais de 40% do valor e isso está caminhando muito bem, com o apoio inclusive do representante da

Secretaria Especial da Pesca, que é o companheiro Zecão, do nosso partido aqui do Paraná, que está apoiando o nosso trabalho.

Também fomos a Brasília, ao Ministério da Pesca, conversamos com o Ministro, trouxemos o Ministro ao Paraná para uma Audiência Pública, inauguramos com ele uma fábrica de gelo em Ponta do Paraná, uma série de ações de envergadura. Mas, apesar de todas essas conquistas, recentemente aconteceu um grande retrocesso no Paraná, através de uma portaria da SEMA - Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Resolução nº 060/08, que volta muito atrás e praticamente impede que em todas as baías do litoral paranaense os pescadores artesanais possam exercer o seu trabalho e a sua sobrevivência. Essa portaria simplesmente aumenta de 10 para 100 metros a partir da margem, e da margem também das ilhas, a pesca de qualquer tipo de peixe. E com relação ao robalo é mais rigorosa, porque antes se estabelecia um tamanho mínimo do robalo, agora se estabelece, além do tamanho mínimo, um tamanho máximo. Tem um intervalo muito pequeno em que os pescadores podem pescar esse peixe. Então, a revolta é geral.

Estivemos em Paranaguá acompanhando uma reunião com todas as colônias de pescadores de todos os Municípios do Litoral, lideranças locais. Essas lideranças foram recebidas pelo promotor da Promotoria Pública Federal que atendeu muito bem, uma pessoa de extrema dignidade, compreensão, que defende as comunidades tradicionais e que entende o drama dos pescadores tradicionais e que sabe, historicamente não são os pescadores tradicionais que prejudicam o meio ambiente; é o contrário, é a pesca industrial, a pesca num conteúdo econômico, lucratividade, mas não os pescadores artesanais que fazem isso como seus ancestrais, há muitos e muitos anos, décadas e séculos, e têm uma relação harmônica com o meio ambiente porque precisam, eles mais do que ninguém precisam da preservação do meio ambiente que gera o seu sustento.

Conversei com o promotor hoje por telefone, ele me esclareceu uma série de questões, e determinou, inclusive numa reunião que teve com a SEMA, que fosse suspenso por um certo período até que ele estabeleça uma redução da promotoria orientando e chegando a um consenso com a SEMA. E também determinou à Força Verde que mude a sua atitude.

Deputado Waldyr Pugliesi, os pescadores reclamam que a Força Verde tem prendido sumariamente os pescadores artesanais. E eu conversava com o promotor e ele questiona esse fato, por que o que acontece? Quando a Força Verde prende um pescador artesanal que está cometendo um delito, ela encaminha uma autuação ao Ministério Público Federal e ele que vai determinar se o pescador deve ser preso ou não. Então, não deve ser assim, deve ser ao contrário, a Força Verde deve autuar o pescador artesanal quando entende que ele é artesanal, e deve mandar a autuação para o Ministério e o Ministério

é que vai decidir em função do que o pescador estava fazendo se vai ser preso ou não

O promotor está definindo uma resolução que estabelece normas para a Força Verde. Ele disse que só não baixou a resolução ainda porque quer deixar alguns esclarecimentos que orientem a conduta da Força Verde, alguns conceitos que permitam que a Força Verde, com toda clareza, consiga distinguir a diferença entre o pescador artesanal e o pescador industrial, pescador esportivo, e assim por diante, porque o Ministério Público é que expede o mandado de prisão, se for o caso, da gravidade do fato. Ele vai antecipar uma decisão prévia, praticamente impedindo que a Força Verde prenda os pescadores artesanais, faz a autuação e o Ministério que vai decidir.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

E eu quero fazer um destaque, apesar dessa portaria eu confio no Secretário do Meio Ambiente, porque toda vez que eu o procurei, os pescadores, fomos muito bem atendidos. Antes de fazer esse pronunciamento eu liguei ao Secretário Rasca e marquei uma reunião com ele amanhã às 8h30 da manhã, já estamos convocando todas as colônias de pescadores para que juntos, nessa audiência, possamos achar uma solução para essa resolução. Eu li atentamente a resolução, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, e é uma questão conceitual que me chamou muito a atenção, porque a resolução diz o seguinte: “01) considerando a necessidade de garantir a conservação ambiental da fauna, manter a fauna em equilíbrio e garantir a piscosidade; 02) considerando a necessidade de promover o desenvolvimento e turismo de pesca esportiva amadora sustentável no Litoral do Paraná; 03) considerando o estudo biologia reprodutiva do robalo.” Essas são as três considerações.

Em nenhum momento uma consideração sobre os pescadores artesanais. Nessa resolução deveria ter uma quarta consideração: considerando a necessidade de sobrevivência dos pescadores tradicionais, que historicamente não agredem o meio ambiente. Resolveria.

Vamos sugerir ao Secretário Rasca, ele merece a nossa maior admiração e tenho certeza que se preocupa com a situação dos pescadores tradicionais, que nada mais têm além da pesca para se manter e manter suas famílias. Esse setor está se organizando. Hoje há toda uma discussão no Brasil sobre as comunidades tradicionais.

Nesta Casa temos um projeto criando a Frente Parlamentar em Defesa das Comunidades Tradicionais. Isso envolve aspectos ideológicos, conflitos sociais, mas temos que fortalecer esse setor. São setores que precisam do apoio do Estado para poderem sobreviver.

Sabemos que o Governo Federal tem inovado muito no setor da pesca. A Secretaria Especial vai se transformar no Ministério da Pesca. Há programas de

extraordinária importância para a pesca. Já recebemos aqui o Ministro, que fez grandes avanços. A Secretaria da Pesca está se relacionando diretamente com os pescadores, para que possamos trazer grandes benefícios para todo o Litoral paranaense.

Estou otimista que amanhã, na conversa com o Secretário Rasca, possamos chegar a um consenso, já que participamos de um Governo preocupado com a minoria social.

Por isso, tenho certeza que o conteúdo ideológico desse Governo defende a sobrevivência da família dos pescadores e saberemos resolver esse problema que ainda existe com relação os pescadores do Litoral do Paraná.

Queria também relatar que conversei com a Secretária Yvelise, estamos marcando uma audiência para amanhã, para discutir a situação dos professores da VIZIVALE. A situação é grave! Aprovamos, por unanimidade, uma moção de apelo a Secretária e ao Governador. E, mais do que isso, recebo todo dia informações que Prefeitos de vários Municípios estão demitindo professores.

Depois dessa conversa com a Secretária Yvelise, queremos marcar uma audiência com todos os líderes do pólo da VIZIVALE, com a comissão que elegemos nesta Casa, uma audiência com o Tribunal de Contas, porque estamos aguardando uma solução. A Secretária Yvelise me informou que no dia 9 de março de 2009 estará em Brasília com a expectativa de uma solução definitiva.

A idéia é uma parceria entre a Universidade Aberta do Brasil, as universidades públicas paranaenses e o MEC, para que esses professores façam a complementação gratuita em educação à distância matriculados em nossas universidades públicas, e num período breve consigam registrar seus diplomas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, no Pequeno Expediente, o Deputado Fernando Scanavaca.

Deputado Fernando Scanavaca (PDT)

O SR. FERNANDO SCANAVACA

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna, hoje, convidar os Deputados do Paraná para que participem, nos dias 18 e 19, da 9ª edição do Show Tecnológico Arenito Caiuá. Esse evento que começou em Umuarama, quando ainda era Prefeito, quando tínhamos instalado a nova fronteira agrícola do Paraná, por meio do Programa de Arrendamento de Terras - PATER. Tenho certeza que o Show Tecnológico Arenito Caiuá fez com que o Paraná tivesse a nova fronteira agrícola com mais firmeza, com mais produtividade.

Amanhã estará presente no Show Tecnológico o Vice-Governador do Estado, Orlando Pessuti. No dia 19,

o Secretário da Agricultura do nosso Estado, Valter Bianchini estará em Umuarama, participando junto com os agricultores, com os pecuaristas do Nordeste do Paraná. Quero dizer que quando começamos esse Show Tecnológico era para desenvolvermos variedades apropriadas para o arenito, até então 100% era pecuária. Naquele momento, os técnicos da EMBRAPA, os técnicos do IAPAR desenvolviam variedades específicas para o arenito, de soja, de milho e de aveia. Hoje, o Show Tecnológico está voltado também para o pequeno produtor, fazendo com que as pequenas propriedades tenham viabilidade econômica, principalmente no leite.

Nesse Show Tecnológico esta demonstrada a irrigação das pastagens para o pequeno produtor que não tem condições de ter silagem, de ter suas vacas presas, como temos os grandes produtores de leite. Hoje, esse show está dando a viabilidade técnica, como um pequeno produtor de leite, através da irrigação, pode fazer com que aumente sua produtividade de leite sem aumentar seus custos. Por isso da grande valia desta mostra. Teremos também, demonstrado nesse Show Tecnológico, o novilho precoce, um programa de Governo que vários Governos já fizeram com que o Paraná pudesse participar. Teremos também a demonstração das carcaças desses animais para que os pecuaristas de todo Paraná possam ver a diferença que é produzir uma carne com qualidade de um animal jovem.

Teremos também, principalmente, a fruticultura demonstrada na sua produtividade para que os pequenos produtores possam ver qual é o rendimento da sua produtividade quando implantada a citricultura, quando implantada a cultura do abacaxi, da melancia. Hoje, Perobal é referência no nosso Estado em produção de melancia. Um Município do nosso Noroeste como grande produtor de melancia. Teremos, também, mandioca, que já foi grande impulsionadora do desenvolvimento da nossa região e que está voltando agora, também, para o pequeno produtor rural.

Sei que não temos a grandeza que tem o show Rural da COOPAVEL, mas, com certeza, temos a grandeza nesse Show Tecnológico de mostrar as especificações do que é necessário numa região que precisava da agricultura. Hoje, por meio do Show Rural, estamos fazendo com que os produtores possam ter o aumento da sua renda. O Show Tecnológico Arenito Caiuá tem o apoio da SEAB, da EMATER, da Prefeitura Municipal de Umuarama, e este ano, por poucos dias no mandato, o atual Prefeito, o Acir Silva, do nosso PDT, já apoiou e está sendo realizado esse show no ano de 2009.

E não poderia deixar de dizer também do apoio muito importante da Associação dos Engenheiros de Umuarama e da nossa Região Noroeste do Paraná.

Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente é o Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente Nelson Justus; Sr. 1º Secretário, Dr. Batista; Deputado Jonas, 2º Secretário, Deputados, Deputadas, imprensa aqui presente, nosso diretor comercial da SANEPAR, que hoje visita esta Casa, ex-Deputado Natálio Stica.

Quero inicialmente agradecer à Comissão Executiva, que encerrou o seu mandato no dia 31 de dezembro do ano passado, o Deputado Nelson Justus, o Deputado Alexandre Curi e a Deputada Luciana Rafagnin, bem como o nosso Diretor Geral Abib Miguel, o Bibinho, não só em meu nome, mas em nome também do Deputado Cleiton Kielse, que é o Vice-Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, em nome do Deputado Luiz Eduardo Cheida, do Deputado Antonio Belinati, do Deputado Francisco Bühner, do Deputado Tadeu Veneri e do Deputado Elio Rusch. Isso porque foi solicitada, no final do ano passado, a elaboração de uma cartilha, não só com o Código de Defesa do Consumidor, que é disponibilizado de uma forma bastante dinâmica, não só pelos PROCONS, também por diversas entidades de defesa do consumidor, mas também e principalmente o Código de Defesa do Contribuinte, uma legislação inovadora que temos em vigor aqui no Paraná desde 2005, porém não tão divulgada.

Entendemos que como esta Casa não tem uma Comissão de Defesa do Contribuinte, que é inerente à função da Comissão de Defesa do Consumidor, também dar conhecimento aos contribuintes do Paraná dos seus direitos, porque dos seus deveres eles estão cansados de saber. Até porque isso parece que não existe muita fraqueza quando é para impor dos deveres aos contribuintes. E faço isso para dizer que está ocorrendo no Estado do Paraná, algo que explicitamente coloca, Deputado Dobrandino, como V. Exa. ontem muito bem colocou, uma camisa de força nos usuários e nos consumidores do produto de uma empresa estatal, da SANEPAR. Assim como já houve tentativas de fazer da mesma maneira na COPEL, e isso foi condenado pela Justiça e voltado ao que era originalmente, porque o Código de Defesa do Consumidor, no seu artigo 39, enumera as práticas abusivas e diz que é vedado, é proibido ao fornecedor de produtos e serviços, dentre outras práticas abusivas, a do item 3º que é enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto ou fornecedor qualquer serviço.

Realmente confesso que fiquei surpreso, porque durante o nosso recesso tivemos algumas reclamações de Municípios da região que representamos, a Região Oeste, fiquei surpreso com o número de Prefeituras que já celebraram convênio com a SANEPAR, e mais surpreso ainda com o número de Prefeituras que pretendem celebrar.

Com certeza a vida dos Prefeitos e das administrações é facilitada, porque com essa camisa de força não

tem como aquele consumidor da SANEPAR deixa de pagar a taxa de coleta de lixo. Porque se ele não pagá-la, que vai incluída na sua fatura de água, eles cortam a água. Quem é que consegue hoje ficar dois dias sem água na sua casa? Com isso a inadimplência realmente vai cair a zero, da taxa de lixo. Mas até então como é que se cobra a taxa de lixo? Cobra-se junto com o IPTU, uma vez por ano, quando muitas vezes aquele consumidor tem direito de ir lá e reclamar, na Prefeitura: “Olha, está muito cara a minha taxa de IPTU, a cobrança do lixo etc”. Hoje, ele não tem o direito de se queixar. Ele tem que pagar ou cancelam o seu fornecimento de água.

Pois bem, como é que nós, principalmente a Comissão de Defesa do Consumidor, vamos nos posicionar defendendo o consumidor do Estado do Paraná, perante qualquer relação de consumo, Deputado Marcelo Rangel? V. Exa. que já fez uma Audiência Pública em relação ao Correio? Como vamos cobrar das outras entidades, de outras empresas privadas, se as empresas públicas do Governo do Estado do Paraná não dão exemplo e desrespeitam o Código de Defesa do Consumidor?

Deixar claro, Sr. Presidente, que iremos à próxima semana de exercício parlamentar, conversar com os demais Deputados da Comissão de Defesa do Consumidor, e se for necessário buscar na Justiça a suspensão dessa cobrança abusiva, por parte da SANEPAR. Não temos nada contra o Município A, B ou C, até porque são 55 Municípios. E os Municípios, com isso, garantem a sua arrecadação e a não a inadimplência. Temos que aqui defender e esta Casa, com certeza, não ficará inerte na defesa dos consumidores.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Ney Leprevost.

Deputado Ney Leprevost (PP)

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente, Srs. Deputados, inicialmente gostaria de registrar nesta Sessão, a posse ocorrida, hoje pela manhã, do novo Superintendente da Polícia Federal do Paraná, Dr. Maurício Waleixo.

O Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Nelson Justus, os Deputados Caíto Quintana, Edson Strapasson e eu, estivemos hoje na sede da Polícia Federal, na Santa Cândida, em uma solenidade prestigiadíssima, onde o Dr. Luiz Fernando Correia, Diretor Geral da Polícia Federal empossou o Dr. Maurício Waleixo, no cargo de Superintendente Regional da Polícia Federal do Paraná. O Dr. Maurício Waleixo sucederá ao Dr. Delci Teixeira, que foi superintendente ao longo do último ano, quando fez um bom e competente trabalho na Polícia Federal do Paraná.

Agora, pela primeira vez acontece uma feliz coincidência, o fato de um paranaense assumir a Superinten-

dência da Polícia. Pela primeira vez um delegado federal, nascido no Estado do Paraná, está assumindo a delegacia, a superintendência na Capital do Estado. Dr. Maurício Waleixo fez diversos cursos no exterior, é um delegado preparadíssimo, estava nos últimos anos lecionando na Academia da Polícia Federal, em Brasília. É uma pessoa extremamente sensata, não é um homem dado a sensacionalismos, a aparições holofóticas para a mídia; pelo contrário, é um homem do trabalho, um delegado operacional, que com toda certeza irá fazer um grande trabalho, inclusive honrando o nome da sua família, o sobrenome da família Waleixo, já que o seu pai o Desembargador Otávio Waleixo, um dos Desembargadores, mais corretos e mais conceituados que passaram pelo Poder Judiciário do Paraná.

Portanto, em nome do Presidente Nelson Justus, em nosso nome eu quero parabenizar esse jovem delegado federal e dizer que a Assembleia Legislativa do Paraná, inclusive a Bancada do Partido Progressista, ao qual eu pertença e que é composta pelos Deputados Duílio Genari, Antonio Belinati e Cida Borghetti, está à disposição para, institucionalmente, ser sempre uma bancada parceira a esta Casa ser uma parceira institucional da Polícia Federal nos seus trabalhos preventivos, investigativos e na luta incessante contra o crime organizado que tanto atormenta a família brasileira e a família paranaense.

Mas, Sr. Deputado Nelson Justus, também não posso deixar de aproveitar a oportunidade, e meu tempo é curto na tribuna na tarde de hoje, para fazer um convite a todos os Deputados e Deputadas, para uma reunião que estaremos promovendo amanhã às 13h30 na sala das comissões. Nesta oportunidade estaremos lançando a campanha preventiva da Comissão de Saúde para o Carnaval. Eu já estou aqui com o modelo do outdoor que conseguimos, gratuitamente, com o Sindicato das Empresas de Publicidade Externa do Estado do Paraná - serão 60 painéis em Curitiba desta campanha que será lançada amanhã aqui na Assembleia Legislativa, e este é o primeiro passo, Deputado Marcelo Rangel, de uma série de campanhas preventivas, conforme já conversamos com os membros da Comissão de Saúde - este ano a comissão vai se focar muito na saúde preventiva, porque faz com que o Poder Público economize, e a saúde preventiva evita a doença, fazendo com que as pessoas possam realmente ter uma vida mais alegre, mais feliz, mais harmônica e mais saudável.

Então, vamos lançar amanhã essa campanha preventiva, é a primeira etapa dessa campanha, depois vou conversar com os proprietários de jornais, de televisões, de rádios, vou falar com o Deputado Jocelito, pedir para, na rádio dele, ajudar a Comissão de Saúde a veicular as campanhas preventivas; vou falar com o Deputado Rangel; com o Deputado Nelson Justus, que tem rádio lá em Guarapuava; vou falar aqui em Curitiba com o pessoal dos jornais, das televisões, porque vamos entrar firme este ano na prevenção das doenças, através da Comissão

de Saúde, e para isto já temos, é claro, assegurado pelo Presidente da Casa, o apoio da TV SINAL através do diretor de comunicações da Assembleia, que é o eminente jornalista David Campos.

Então, convido os senhores amanhã para o lançamento dessa primeira campanha preventiva, às 13h30, na sala das comissões.

E para concluir, o meu agradecimento aqui à Comissão de Constituição e Justiça, presidida pelo eminente Deputado Durval Amaral, que hoje aprovou um projeto de nossa autoria, que garante a todas as mulheres do Paraná com mais de 35 anos de idade o exame mamográfico gratuito para evitar, para prevenir o câncer de mama, que é uma das maiores causas de internamentos hospitalares de mulheres em todo Brasil.

Obrigado a todos os Deputados membros da Comissão de Constituição e Justiça por terem compreendido a importância desse nosso projeto para a mulher paranaense.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está Presidência passa a palavra, ainda no Pequeno expediente, ao Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputados.

Nunca assisti e nunca ouvi o programa transmitido pela TV Requião, através da sua “escolinha” às terças-feiras de manhã, mas fui informado pela nossa assessoria que na manhã de hoje o Diretor do DETRAN fez algumas considerações com relação ao IPVA cobrado no exercício de 2009. Num jogo de palavras, muito inteligente que lhe é peculiar, o Governador Roberto Requião deu a entender que os Deputados da Oposição, e só eles, teriam levantado a questão do valor do imposto que os proprietários de veículo pagam no presente exercício.

Primeiro: o Diretor do DETRAN disse que o IPVA cobrado no Estado do Paraná era mais barato que o IPVA cobrado em São Paulo e em Minas Gerais, mas não disse o Diretor do DETRAN que o vizinho Estado de Santa Catarina cobra menos do que o Estado do Paraná. Ora, enquanto os paranaenses pagam 2,5% sobre o valor venal do carro sobre a tabela de setembro, em Santa Catarina os proprietários pagam 2%. Enquanto, no Paraná, os proprietários de motos pagam 2,5%, em Santa Catarina se paga 1%. Aliás, esta foi a emenda apresentada pela Bancada da Oposição, em 2007, aqui na Assembleia Legislativa e nós, na época, até justificamos principalmente para as motos até 125 cilindradas, porque na maioria dessas motos são utilizadas pelos moto-boys, que usam motocicletas para prestar seus serviços. Mas nós, como temos a minoria aqui

na Assembleia, infelizmente a nossa emenda foi rejeitada e no Paraná se paga 2,5% na moto.

Eu poderia até citar alguns números, vejam Srs. Deputados uma moto bizz 125 cilindradas, paga no Paraná o valor de R\$ 136,50, enquanto que em Santa Catarina essa mesma moto para R\$ 54,60, ou seja, quase 160% a mais se paga no Estado do Paraná. A mesma coisa poderíamos citar, aquele carro que o diretor usou hoje, quanto ele custa no Paraná e quanto custa em São Paulo? Vamos pegar esse carro também, ou seja, o Renault Clio 2008, no Paraná o proprietário para R\$ 751,08, enquanto que em Santa Catarina o mesmo carro o proprietário paga R\$ 581, quase R\$ 200 a menos do que aqui no Estado do Paraná. Então, quer dizer, quando você cita um Estado para outro, é justo que também se cite os Estados que cobram menos que o Estado do Paraná.

Uma outra questão levantada pelo Governador que disse, através e jogo de palavras, que se a Oposição quisesse que o Governo cobrasse o IPVA retroativo, isso jamais ele faria. E quem levantou a questão do IPVA aqui na Assembleia não foram só os Deputados da Oposição, a não ser que o Deputado Edson Strapasson, que o Deputado Anibelli façam parte da Bancada da Oposição! Aliás, serão muito bem-vindos se vierem para a Bancada da Oposição, conforme palavras ditas pelo Governador Roberto Requião, na sua “escolinha” na manhã de hoje. O que questionamos não foi só as caminhonetes.

Vamos lembrar alguns fatos. Quando aprovamos o IPVA no ano passado, aprovamos uma lei com base na mensagem do Governador do Estado.

Passo a usar o horário do Grande Expediente.

Passa a usar o horário do Grande Expediente

Alertamos naquela ocasião que o IPVA e a lei que estávamos aprovando, e a mensagem do Governador que vem anexo ao projeto de lei que não haveria aumento do IPVA para o exercício de 2009. Aprovamos a mesma alíquota de 2,5% para o carro passeio, 1% para caminhão, ônibus, táxi, utilitários, carros de locadoras, caminhonetes, enfim carros de aluguel e utilitários. E após aprovarmos a lei aqui na Assembleia Legislativa, a Secretaria da Fazenda muda, através de um ato administrativo interno, a categoria das caminhonetes mistas, aquela que é cabine dupla, mas que tem carroceria. Isso foi levantado pelos Deputados da base do Governo e não pelos Deputados da Oposição. E o Governador hoje, com jogo de palavras, quis fazer entender como se a Oposição tivesse levantado isso também. Logo que questionamos isso.

E diga-se de passagem, o Governador também esqueceu hoje, de dizer que logo após essa resolução interna, esse ato administrativo, estavam cobrando 2,5% sobre a caminhonete cabine simples, essa caminhonete de dois lugares e carroceria. Aí, quando nos movimentamos

aqui na Assembleia, o Governo imediatamente voltou atrás e deixou 2,5% para as caminhonetes mistas. Mas voltou atrás em relação à caminhonete cabine simples.

Outro fato importante, que não foi falado, nós questionamos a tabela usada para aplicar os 2,5% ou 1% sob o valor real. Ou seja, aquela alíquota que se aplica sob o valor real do veículo. A tabela FIPE de setembro, em relação ao valor de mercado cobrado hoje dos automóveis, ela desvalorizou 20%, 30%. É só qualquer Parlamentares olhar a tabela FIPE de setembro e ver se você vende o seu carro por essa tabela. Seu carro é comprado e vendido no mercado de 20 a 30% a menos da tabela FIPE.

O que a Oposição pediu no início deste ano foi prudência, foi cautela por parte do Governador. Falamos: Governador, diante da crise que existe, dê o desconto. Vamos adequar o preço dos carros da tabela em relação ao mercado este ano, porque o imposto que pagamos, ou seja, os 2,5%, 1% é para 2009. Não podemos pagar o imposto 20, 30% a mais do que o preço de mercado. Na verdade é uma injustiça tributária com os proprietários de veículos. Foi isso que a Oposição pediu que o Governador fizesse.

Agora, como eu disse, o Governador quis jogar, confundir a opinião pública dizendo que só a Oposição estava questionando. A Oposição questionou, mas os Deputados da base e do PMDB, que é do Partido do Governador, também questionaram a questão da cobrança do IPVA. Aliás, a mesma coisa podia dizer aos Srs. Deputados. Vejam que coincidência: o Deputado Antonio Belinati apresentou um projeto de lei em relação aos incentivos das empresas para não desempregar. Foi apresentado um projeto, apresentou à tarde e de manhã o Governador falou na “escolinha” que ele iria mandar uma mensagem, uma PEC para a Assembleia, um projeto de lei para que as empresas que recebessem os incentivos e que demitissem pessoas, imediatamente os incentivos iriam cessar por parte do Governador do Estado. O Deputado Antonio Belinati tinha elaborado esse projeto com muita antecedência. Não sabia ele o que o Governador estava falando.

Agora, Deputado Nelson Justus, veja um outro fato que vou trazer para esta Casa. O ICMS é regulamentado através do Decreto nº 1980, de 21 de dezembro de 2007. Daí o Governador baixou um decreto no dia 30 de maio de 2008, dizendo que cada proprietário rural deveria se inscrever no CAD/PRO - o Cadastro Produtor Rural. Ele já tinha a nota do produtor rural, cada agricultor, mas que deveria fazer a inscrição. Agora os agricultores fizeram.

Para surpresa de todos nós, no dia 22 de janeiro deste ano, agora, o Governador edita um novo decreto. O Decreto nº 4180, e o que é que ele disse nesse decreto? “O CAD/PRO deveria servir para cada propriedade e não para o proprietário.”

Então, por exemplo, um determinado proprietário, seja lá de uma área de terras independente, se ele produz

soja, milho ou gado, ele tem três propriedades rurais. Ele tem que fazer três inscrições no CAD/PRO.

Veja a confusão que se estava trazendo para os nossos agricultores. Isso me manifestei aqui na Assembleia, logo no início dos trabalhos. No dia 9 de fevereiro, está aqui protocolado, um projeto de nossa autoria que diz: “As inscrições de pessoas físicas no CAD/PRO que se dedicam à atividade agropecuária e realizam operações relativas operações de circulação de mercadorias, deve se dar na pessoa do produtor rural, independente de quantas propriedades rurais esse possua. Devendo ser única para cada município.”

O que nós pedimos através do nosso projeto de lei? “Independente de quantas propriedades o proprietário tenha, mas que ele tenha apenas uma inscrição”. Isso foi no dia 9. Numa semana anterior do dia 9, nos manifestamos aqui na Casa, Deputado Traiano. Eu fiquei feliz. No dia 11, Deputado Dobrandino, está aqui protocolado o meu projeto no dia 9, no dia 11, dois dias depois de apresentarmos o projeto, o Governador baixa o Decreto nº 4250, que altera as disposições do decreto que ele tinha baixado em janeiro aqui, que nós questionamos. O que ele diz: Alteração, fica acrescido para 4º e 5º no artigo 128 - “Os contribuintes inscritos no CAD/PRO poderão centralizar os cadastros das suas propriedades rurais situado num mesmo município, numa única inscrição denominada centralizadora, conforme definido no NPF - Norma de procedimento Fiscal.”

Ora, nós apresentamos o projeto, Deputado Péricles, no dia 9, e no dia 11 mudou aquilo que estávamos questionando. Fico feliz, sim, Deputado Romanelli, e mesmo assim eu não quero dizer que o Governador nos copiou. Ele reconheceu ao erro que ele foi induzido, o erro que ele cometeu com os agricultores do Estado do Paraná. O Governador voltou atrás. Aliás, assim como o Governador fez em 2007, quando ele mandou uma mensagem aqui para a Assembleia, o tarifaço, quando o Deputado Valdir Rossoni era o Líder e nós fizemos um painel dizendo quanto ao tarifaço. O Governador recuou, retirou a mensagem. O que é que ele fez agora com relação ao CAD/PRO com os agricultores do nosso Estado do Paraná? Ele também mudou o decreto que ele tinha feito, Deputado Romanelli, em janeiro.

Automaticamente, aquilo que levantamos mostra que a Oposição, quando levanta as questões na Assembleia, não é só para levantar questões contra o Governo. Não! O que nós queremos é que o Paraná vá bem. Porque se o Paraná vai bem, os paranaenses vão melhor. Ficou comprovado mais uma vez que, quando levantamos as questões é com procedência, não são denúncias infundadas. Fico feliz que o Governador tenha voltado atrás em relação a essa questão dos agricultores no Estado do Paraná, atendendo dessa forma o reclamo dos Deputados. Aliás, de todos os agricultores do Estado do Paraná.

Quero estudar bem a fundo esse requerimento e, com toda certeza, o projeto que apresentamos, vamos até retirá-lo, porque ele perdeu o sentido. Apresentamos o

projeto e logo dois dias depois que, apresentamos o Governador já mudou através de um decreto reconhecendo o erro que o próprio Governo tinha cometido com os agricultores no Estado do Paraná.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB) (Aparte)

V. Exa. fez um arrazoado de diversos temas e com muita propriedade, acabou transmitindo aos paranaenses aquilo que esse Parlamento realmente pensa.

Acho que V. Exa. tem abordado com muita profundidade diversos temas, e quero me ater apenas um, até porque é plausível e palpável nesse momento, com relação à crise econômica que estamos vivenciando.

Entendo, que seria muito simpático por parte do Governador Roberto Requião, acatar a sugestão que V. Exa., trouxe ao plenário dessa Casa alguns dias atrás e reitero o pedido nesse momento, já que em vários pronunciamentos ouvi o Governador Roberto Requião afirmar: “Que aqui no Paraná nós não temos crise, que aqui tudo é diferente.” Estamos fazendo com que o canteiro de obras segundo o Governador Roberto Requião implantado por ele, está acontecendo, estamos num momento totalmente atípico daquilo que vive o mundo e o próprio País.

Não quero contrapor as alegações do Governador. Mas, entendo que diante de tudo o que estamos vivendo, é oportuno que o Governador saiba reconhecer que o que nós estamos pagando hoje não é legal. A questão do IPVA, que está sendo recolhido pelos carros usados, realmente é um contrasenso. A tabela FIPE hoje estabelece um valor irreal, com relação aquilo que está sendo comercializado nesse Estado. Chegamos a casa de 30% de descontos nos veículos usados. Portanto, nada mais justo, e entendo que o Líder do Governo deveria encampar essa ideia. Nada mais justo que o Governador através de um ato, um decreto, uma nova mensagem encaminhada a esta Casa permitisse que o DETRAN recolhesse o IPVA, pelo custo realmente originário dos veículos. Vou lhe dar um exemplo: vendi um automóvel, uma camionete Hillux, que a tabela FIPE estava em torno de R\$ 108 mil e foi comercializada em torno de R\$ 80 mil, com um diferencial de R\$ 25 mil. Não é justo que façamos o pagamento do IPVA pelo valor estabelecido pela tabela FIPE.

Acho que V. Exa. está coberto de razão. Deputado Romanelli, por favor ouça o clamor do público paranaense, V. Exa. que é o grande Líder do Governador Roberto Requião aqui nessa Casa, abraça essa causa. Vamos reduzir o imposto do IPVA para os veículos usados nesse Estado, porque essa medida é simpática e nós estaremos contribuindo com o bolso dos nossos consumidores do nosso Estado do Paraná.

Esse apelo lhe faço. Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB) (Aparte)

Talvez, não tenha tempo para justificar o que gostaria, nesse caso do IPVA. Estive hoje pela manhã na

escolinha do Governo. Não foi essa crítica que o Governador fez a Oposição. V. Exa. tem que considerar, que tem Estado cobrando o dobro do Paraná ou quase o dobro. A maioria dos Estados cobra muito mais do Paraná. Não houve na verdade um exagero no ato do Governador, em estabelecer o valor do IPVA, agora, pode o Governo rever a tabela. Isto é possível. Neste aspecto, discordo de V. Exa.

Não adianta querer discordar daqueles que falaram. Eu tenho um carro importado, também. Se eu não quiser pagar o IPVA diferenciado, eu não compro um carro. Compro um carro simples. Tenho em meu nome três carros: dois populares e um carro importado. Poderia deixar de comprar meu carro importado. Acho incoerente aquele que pode comprar um carro importado, reclamar da tabela do IPVA. Agora, defender o povão é um outro aspecto, é outra questão. Mas, nisto quero justificar que o Governo do Estado reconheceu, Santa Catarina, mas na maioria dos Estados é muito mais que o dobro do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Muito obrigado, Deputados Dobrandino da Silva e Ademar Traiano. Apenas para encerrar nosso pronunciamento, dizer que quando nós alertamos, aqui, ano passado ainda, que diante da crise que estava se avizinando e que já existia lá pelos Estados Unidos, Japão, ela viria para o Brasil. Ela veio. Ninguém pode negar isto. Então, é preciso muita cautela. Acho que o bom senso que usamos quando falamos no começo do ano em relação ao IPVA, deveria ser usado pelo Governador Roberto Requião.

Aliás, outra questão que levantamos, mas infelizmente quem tem maioria vota e quem tem minoria esperneia. Foi o que fizemos em 2007, o desconto do IPVA, pagamento à vista, era de 15%. O atual Governo do Estado do Paraná reduziu de 15% para 5%, para o pagamento à vista do IPVA. Então, na verdade, já teve-se um aumento de 10%, indireto, no IPVA do Estado do Paraná.

Eram estas as colocações que eu queria fazer, Sr. Presidente. Apenas para que se restabeleça aquilo que a Oposição fez aqui na Casa e aquilo que o Governador tem transmitido ou, aquilo que o Governador procura transmitir, através da sua TV para os paranaenses.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Elton Welter.

Não estando presente, passamos ao Horário das Lideranças. Concedemos a palavra ao Deputado Luiz Claudio Romanelli, no horário destinado ao PMDB.

Liderança do PMDB: Deputado Luiz Cláudio Romanelli

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Em primeiro lugar queria publicamente desdizer uma informação constante do blog do jornalista Fábio Campana em relação a supostas declarações que eu teria dado, sobre o comportamento do Senador da República por Pernambuco, Jarbas Vasconcelos.

Entendo que um homem com a experiência, com a vivência, com o profundo conhecimento da política que tem o Senador Jarbas Vasconcelos, quando fez as revelações, na verdade, quem conhece a vida pública sabe que as revelações que ele fez sabe que de absolutamente novo nada tem, porque ele generaliza. E todas as generalizações são muito perigosas de serem feitas, ele quis, claro, atingir um objetivo. Nós, aqui na planície, não conseguimos enxergar o que acontece no Planalto. Mas, que ele destilou muitas mágoas em relação à eleição da Presidência do Senado, da eleição do Presidente, José Sarney, da recondução do Líder Renan Calheiros à Liderança do PMDB no Senado, por óbvio é que ele viu frustrado. Ao mesmo tempo em que considera que 90% do PMDB é corrupto - felizmente ele isenta pelo menos 10% do partido - de uma forma muito objetiva ele acaba declarando o seu apoio à candidatura do Governador de São Paulo, José Serra.

Se não vigesse neste País uma regra definida pelo TSE e confirmada pelo STF, eu diria que o Deputado está tentando criar uma motivação para caracterizar grave perseguição pessoal, para poder justificar a sua mudança partidária. Agora, se o PMDB promovesse a expulsão, há aqueles que têm duas vertentes: uns acreditam que expulsão seria uma forma de saída do Parlamentar, mas há outros e conheço alguns Magistrados que entendem que expulsão de um partido é a mais grave de todas violações de conduta que um Parlamentar deve ter dentro de partido e isso significa, obviamente, a perda do mandato.

Quero dizer que o Senador da República Jarbas Vasconcelos é uma figura histórica do nosso partido, do MDB, do PMDB, um grande construtor, um lutador no regime militar, que combateu a ditadura e penso que ele deveria resolver o tema internamente, discutir dentro da bancada e, obviamente, encontrar uma solução. Da minha parte quero dizer que nunca na minha vida me referiria, não é da minha natureza e nem do meu linguajar me referir a qualquer pessoa com a expressão que saiu no blog do jornalista Fábio Campana, muito menos a um Senador da República ou um Deputado e mesmo aqui nesta Casa, quando há qualquer tipo de entrevero ou desavença, V. Exas. nunca viram eu me manifestar de uma forma que não fosse respeitosa, mesmo me manifestando na minha divergência.

Então, quero dizer publicamente aqui que em tempo algum manifestei qualquer expressão que fosse desairosa, em relação ao Senador Jarbas Vasconcelos e,

só não vou repetir o que o blog publicou para não difundir aquilo que eu não quero que seja difundido. Então, quero dizer aqui que tenho o maior respeito e não faria. Divirjo das declarações pela perigosa generalização que foi feita, pois toda acusação genérica é perigosa, mas ao mesmo tempo tenho que reconhecer que em tempo algum fiz esse tipo de declaração.

Concedo um aparte ao Deputado Péricles de Mello.

O Sr. Péricles de Mello (PT) (Aparte)

Não iria nem tocar nesse assunto, mas no blog do Fábio Campana tem uma fotografia sua dizendo que o PT do Paraná não pode servir a “dois senhores”. Já que o senhor está tocando nesse assunto, poderia da mesma forma dar um esclarecimento de sua parte sobre isso?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Até digo a V. Exa. que esse tema é até gostoso de tratar. Em relação ao PT do Paraná, penso que o PT do Paraná tem uma dualidade hoje.

De um lado, há um grupo de companheiros, dos quais V. Exa. lidera aqui na Assembleia Legislativa, uma Bancada de Parlamentares com quem o PMDB e eu pessoalmente mantenho um relacionamento extremamente produtivo e respeitoso e que são nossos companheiros de Governo, baste ver os quadros que o PT tem integrando a Administração Requião neste Estado. De outro lado, é necessário se reconhecer que o PT do Paraná tem um comando em Brasília, porque o Ministro Paulo Bernardo, ele por conta de ser esposo da Presidenta do partido no Estado, a Gleisi Hoffmann, acaba expressando pontos de vista em relação do que pensa o Planalto. Basta ver o Presidente Lula veio aqui e disse, nós discutimos isso na semana passada em relação a questão do processo sucessório 2010, quando ele efetivamente elegeu, escolheu, indicou a possível candidatura do Senador Osmar Dias como preferência do PT, foi isso que aconteceu.

O que eu quero dizer, e não disse isso, está aí que o PT não pode servir a dois senhores, eu quero dizer o seguinte, o PT do Paraná por óbvio num determinado momento vai discutir esse tema, o que hoje parece o seguinte: o Senador Osmar Dias também está no mesmo blog e está inclusive nas conversas que foi convidado para ser Líder do Governo no Congresso Nacional.

Ora, o Presidente Lula dá uma entrevista que mudou inclusive, na minha concepção, a entrevista do Presidente Lula marcou o início, Deputado Elio Rusch, do processo sucessório no Estado, porque imediatamente o PSDB disse: “Nós teremos candidato próprio”, e apresentou-se o Senador Álvaro Dias, e também, foi dito por todos, o Prefeito de Curitiba Beto Richa, nós vimos isso. Ora, o PMDB do Paraná tem uma história de apoio a candidatura do Presidente Lula. Eu, lá no meu gabinete na Liderança do Governo, como também tem na Vice-Governadoria, tem uma foto minha, do Lula e do nosso Vice-Governador Pessuti, porque fomos nós que fizemos

o acordo político em 2006 junto com o então Presidente do Partido, o Deputado Federal André Vargas, para poder promover no segundo turno um encontro político entre o PMDB e PT, primeiro entre partidos, e depois costuramos o apoio que resultou nesse comício da Boca Maldita em que o Presidente Lula, na presença do Vice-Governador Pessuti, pede votos ao Governador Requião, e houve de fato uma união das candidaturas em 2006 aqui no Estado.

Ora, essa é parte da história recente da política paranaense. Estou relatando e falando isso a V. Exa., porque eu entendo que há de fato no caso específico do PT uma orientação que vem de Brasília, e uma outra que é a vinda aqui da Bancada Estadual e dos que integram o Governo, que tem uma visão de construir juntos um projeto para 2010. Esse é o entendimento, tenho conversado com V. Exa.

Agora, que há de se reconhecer um estranhamento em relação a esse posicionamento, o Presidente do nosso partido, que indiscutivelmente é o único legitimado a falar em nome do nosso partido, ele tem conversado com a Presidenta do PT estadual e tem agendado aí uma série de reuniões, encontros, discussões, sobre esse processo. Agora, que é necessário reconhecer que temos um quadro instalado hoje, ou seja, o PMDB tem um candidato definido, é o Vice-Governador Orlando Pessuti, o partido trabalha pelo fortalecimento dessa candidatura, reconhece que por outro lado é possível e é necessário que nós...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. tem mais um minuto.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Eu uso o horário da Liderança do Governo para poder concluir porque eu quero falar sobre o IPVA aqui.

Passa a usar o horário da Liderança do Governo

O Sr. Péricles de Mello (PT)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Quero discorrer sobre esse assunto com profundidade amanhã, já que o senhor tocou nesse assunto. Acho que a contradição está na sociedade brasileira, nós vivemos nela. O PT tem uma aliança da qual faz parte o PMDB, o PDT, o PP, PTB e outros partidos. Fomos de uma lealdade extrema ao Governador Roberto Requião, no processo eleitoral, o senhor há de convir Deputado Romanelli. O partido marchou unido, o Presidente Lula de uma coerência total. Veja bem, o Presidente Lula chegou aqui no Paraná num comício, mesmo o Senador Osmar Dias fazendo parte da base em apoio ao seu Governo ele declarou pública e abertamente num comício voto no Governador Requião.

Veja que capacidade de nos unirmos diante da contradição, o Presidente era candidato a Presidente da

República, os dois candidatos do Paraná faziam parte da base de sustentação do seu Governo, ele tomou opção por um candidato. Então, o nosso partido, tem uma extrema unidade no apoio ao Governador Roberto Requião. O PT é o partido que menos contradição tem.

Eu entendi diferente a entrevista do Presidente Lula. Foi o jornalista que citou o nome do Osmar Dias. Na minha opinião o Presidente citou o paranaense que faz parte do seu Governo, que é o Ministro.

Nossa consciência está muito tranquila. Tivemos uma reunião ontem e temos uma postura de abertura com relação à candidatura do PMDB e de todos os partidos que fazem parte da aliança do PT Nacional é mais provável que tenhamos um candidato. E eu acho que a pessoa que tem mais condições de ser nosso candidato é o Ministro Paulo Bernardo.

Vamos continuar apoiando o Governador Roberto Requião e vamos continuar procurando uma ampla aliança no Paraná que respalde a eleição do candidato do PT a Dilma e respalde um candidato que tenha uma postura de esquerda aqui no Paraná.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Entendo que o PT do Paraná, tem um dívida do ponto de vista da política em relação ao Vice-Governador Orlando Pessuti e o Governador Roberto Requião, pela lealdade e companheirismo. Tanto que suas palavras são no sentido de buscar o entendimento. E houve uma manifestação do Líder desse país o Presidente Lula.

Entendo que o PT do Paraná deve se posicionar, é importante. Como é importante dizer que o PMDB não está fechado a discutir com forças políticas. Temos um processo histórico que habilita a conversar com todas as lideranças, dizia em relação aos Deputados do PSDB.

Aqui nesta Casa temos sete Deputados do PSDB, dois desses fazem oposição e cinco dão sustentação ao Governador Roberto Requião e são fundamentais para podermos continuar avançado, os Deputados: Miltinho Pupio, Luiz Nishimori, Luiz Accorsi, Francisco Bühner e Luiz Fernando Litro. E temos com o Líder do PSDB da Casa, Deputado Ademar Traiano, um relacionamento produtivo. Conseguimos juntos, inclusive, resolver um problema gravíssimo da indústria do vestuário no Estado do Paraná.

Na democracia se pressupõem diálogo com as forças políticas. Foram importantíssimos para nós os anos 2002, 2006.

Penso que o Presidente Lula está olhando para frente, para 2010. Entendo que o Presidente Lula, deu uma atropelada aqui na principal liderança que temos no Estado que é o Governador Roberto Requião, como deu no Vice-Governador Orlando Pessuti, como deu no Presidente do partido Deputado Waldyr Pugliesi.

Cabe a direção política do PT do Estado recompor esta discussão. antigamente quando era Presidente o Deputado André Vargas e conversávamos com ele já

sabíamos o que estava falando. Nunca tive dúvida da posição dele. O Deputado Alexandre Curi, por delegação do Deputado Dobrandino, fez as negociações para promover o encontro político no segundo turno em 2006.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Obrigado, Deputado Romanelli.

Deputado, com relação à manifestação que V. Exa. tem feito, já fez essa discussão, e o próprio Deputado Pugliesi, Presidente do nosso partido, com relação à declaração do Presidente Lula, é uma manifestação legítima nossa, porque lá no interior os nossos Prefeitos, os nossos companheiros questionam: “Escuta, mas não vamos ter candidato?” O que seria de nós se não nos manifestássemos? Então, é uma manifestação legítima de qualquer partido fazer isso.

O nosso partido tem, sim, candidato. Agora, lá na frente, vamos discutir, vamos ver qual é a melhor proposta. Até porque a eleição é em dois turnos. Se não for para segundo turno ou se for, vamos discutir qual é o melhor para o partido. Agora, neste momento, qualquer partido está certíssimo em se declarar, se manifestar pela candidatura. Se nós ficássemos quietos, era um partido falido. Nosso partido é o maior partido, é o que tem maior estrutura no Paraná, tem condições plenas de ter ser candidato próprio. Quem vai definir somos nós do Paraná.

Obrigado, Deputado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Perfeitamente. Agradeço, Deputado Dobrandino.

Penso que este tema que envolve a política é sempre apaixonante e envolvente. Certamente vamos discutir muito mais pela frente, inclusive com a Bancada do PT e com as outras bancadas aqui, por quem temos enorme respeito.

Sobre o IPVA, quero só dizer o seguinte: vou encaminhar às V. Exas. as tabelas de IPVA de todos os Estados do País para desmistificar essa conversa, demonstrar que todas as Unidades da Federação estão cobrando sobre as caminhonetes ou caminhonetes para cinco passageiros ou mais as alíquotas superiores. Rio Grande do Sul cobra, por exemplo, sob a Toyota Hillux, o valor base R\$ 101 mil 290, valor do IPVA R\$ 3 mil e 38. É alíquota de 3% a do Rio Grande do Sul. Na tabela do IPVA de Minas Gerais a Toyota Hillux, a mesma caminhonete, com o mesmo código, valor base R\$ 92 mil 150, valor da alíquota do IPVA 4%, valor do IPVA R\$ 3 mil 686. Vejam a diferença que temos. Enquanto no Paraná o IPVA custa R\$ 2 mil 532, no Rio Grande do Sul custa R\$ 3 mil e 38 e em Minas Gerais custa R\$ 3 mil 686. Tenho aqui, também, os valores equivalentes: no Mato Grosso do Sul custa R\$ 2 mil 478, em Alagoas custa R\$ 2 mil 395, em Mato Grosso custa R\$ 2 mil 961.

Estou dando exemplo da Toyota Hillux, com cinco passageiros ou mais, que suscitou a discussão, mas tenho aqui todos os automóveis. Tenho aqui um Renault Clio,

que aqui no Paraná custa R\$ 751, no Rio Grande do Sul custa R\$ 901, em Minas Gerais custa R\$ 1 mil 236, em Mato Grosso custa R\$ 735, em Alagoas custa R\$ 710, ou seja, está aqui um comparativo. Vou mandar por e-mail a todos os Deputados que compõem esta Casa. Cada um analisa por si. Tem aqui um relato de todos os veículos, os valores e tal, mas, sinceramente, acho que esse tema do IPVA já esgotou. Entendo até que o próprio Governador Requião levou o tema para a Escola de Governo. É um direito dele falar o que quer.

Deputado Reni Pereira, V. Exa. já paga 2,5% na sua caminhonete, porque ela não está incluída naquela passageira. É isento o seu? É isento, porque V. Exa. naturalmente fez alguma magia. Ah, é um carro com mais de 20 anos. É isso. O Gordini do Presidente Nelson Justus também não paga IPVA, porque é um Gordini. Agora, quem tem caminhonete Hillux tem que pagar IPVA mesmo, meu Deus do Céu!

Não estamos aqui discutindo, desculpem Exas., o problema específico, pontual, de alguém que usa uma caminhonete de cinco lugares para fazer transporte de carga, e que pode requerer junto à Fazenda e pedir para mudar o enquadramento dele por conta. Houve, sabemos, o Deputado Strapasson inclusive me deu a fundamentação jurídica que fez com que todos os Estados da Federação enquadrassem todas as caminhonetes que pagavam alíquota de 1% para 2,5, 3, 4%, de acordo com o IPVA dos veículos de passeio do seu Estado, por conta das resoluções havidas do CONTRAN. Entendo que temos que chegar a um ponto em que voltar sempre a esses temas não tem cabimento.

Concedo, com prazer, um aparte ao Deputado Strapasson.

O Sr. Edson Strapasson (PMDB)

Deputado Romanelli, quando se fala em IPVA barato ou caro, não devemos nos ater ao tipo de carro de cada Estado, porque cada Estado tem uma avaliação.

Então, veja bem a questão da alíquota: tem Estados com alíquotas superiores e tem Estados com alíquotas inferiores. É evidente que o Estado do Paraná, ao adotar no ano passado a tabela de setembro de 2008, como houve a queda do preço do veículo, é evidente que temos hoje os veículos super avaliados em termos de valor venal, o que cabe o direito de cada cidadão, se assim quiser, entrar na Justiça e questionar, porque o Governo do Estado não pode. Assim como uma Prefeitura não pode tributar um imóvel acima do seu valor real, da mesma forma o Estado não pode tributar.

Então, entendo que é o direito de cada um. E infelizmente aconteceu isso, a queda dos valores dos usados, o que fez com que o Estado passasse a ter uma base de cálculo superior ao valor real, o que não é correto.

Mas, no ano de 2007 para 2008, aconteceu o contrário. O Estado manteve a tabela de 2007, o carro subiu. E no ano de 2008 tivemos um valor, digamos, defasado, o Estado perdeu. Agora, na questão de caminhonetes,

Deputados, é muito importante deixarmos claro, não são as caminhonetes de 150, R\$ 200 mil, como V. Exa. falou na oportunidade; são pessoas que usam caminhonetes para o seu trabalho do dia a dia.

Tive a oportunidade de ver com mais atenção, e acompanho na rodovia pessoas que mexem com construção civil, que vão com os trabalhadores juntos, caminhonete velha que vale 20, R\$ 25 mil, carrinho de mão, ferramenta de trabalho, assim como pessoas que mexem com manutenção de veículo carregando motor, tambor, mecânico, motorista, para socorrer um veículo. E eles estão efetivamente usando para trabalho e não para lazer. Caminhonete Hillux, daquelas fechadas, ou Blazer, ou Pajero, seja o que for, devem pagar 2,5%, porque não são utilitários. Agora, caminhonetes que têm uma finalidade devem ser tributadas de forma isonômica a um veículo pick-up, por exemplo, que o boy muitas vezes usa rebaixada para fazer pega, porque é um carro rápido, e ele está pagando 1%. Então, se tiver que corrigir, vamos discutir no final do ano de forma clara e justa. Esse é o nosso propósito, jamais defender caminhonetões.

Eu pedi aquele requerimento, que espero até amanhã de V. Exa., exatamente com a seguinte finalidade: que busquemos esclarecer de que tipo de veículo estamos falando, para que a imprensa não desvirtue e diga que estamos defendendo o IPVA de caminhonetões de luxo, o que não é verdade.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Muito obrigado, Deputado Strapasson.

Quero dizer o seguinte: o Governo age no absoluto cumprimento estrito da legalidade. O Governo tem uma lei votada pela Assembleia Legislativa e essa lei diz que as caminhonetes e caminhonetes com capacidade de carga de cinco passageiros ou mais têm que pagar alíquota de 2,5%. Está na lei. A lei que a Assembleia Legislativa votou. Gostem ou não gostem, está escrito na lei desde 2004. Por que mudou?

Porque houve um erro da Secretaria da Fazenda, que pegou as caminhonetes de carroceria aberta e, por um erro de lançamento, lançou as caminhonetes de carga com a alíquota de 2,5%. Ora, constatado o erro, a Secretaria da Fazenda imediatamente modificou em três dias, viu que havia errado, modificou, e tanto que as pessoas já puxavam o IPVA, o RENAVAM para poder pagar isso. Já havia um valor corrigido e regularizou a situação. O que há é um reenquadramento nacional das caminhonetes de cinco lugares e é no Brasil inteiro. Estão aqui as tabelas. Não é a tabela do Paraná. estou dando 10 exemplos de Estados diferentes, todos eles superiores, ou pequenos valores, ou parecidos com os do Paraná. É uma decisão do CONTRAN, que enquadrou as caminhonetes como um todo. Dizer que temos o IPVA mais barato...

Ainda hoje o Governador Requião questionou a própria Assembleia de manter o IPVA abaixo das locadoras de veículos, com a alíquota de 1%. Mas sabemos o quanto o Estado do Paraná ganha, todo ano, a mais que os

outros Estados, por conta de que tem os veículos aqui emplacados. É uma guerra fiscal, que acabou dando resultado positivo para o Estado do Paraná. Reduzimos mais a alíquota e faturamos mais. Temos um IPVA que é mais justo e possível de ser pago. Ninguém gosta de pagar imposto, ainda mais em época de crise econômica. Temos que reconhecer que o Paraná tem, se não o menor, mas um dos menores valores de IPVA.

Esta Assembleia não faltou com o seu compromisso. Entendo que não precisamos promover aqui uma discussão. Muitas vezes os Deputados, por defenderem determinados posicionamentos aqui, como o fez o Deputado Strapasson, com relação ao exemplo que deu do pedreiro, do carpinteiro e do mecânico, que tem uma caminhonete antiga D-20, que acaba pagando, porque subiu o preço da alíquota. Foi o enquadramento que fez o CONTRAN. A Assembleia já havia votado assim anteriormente, e nem o Governo também foi cruel de cobrar a mais.

Cada situação é específica. Se houver um requerimento bem formulado, poderá ser analisado. Ninguém precisa entrar na Justiça para tratar do tema. Obviamente alguém de bom senso irá analisar e terá o fundamento jurídico, que poderá, dependendo do caso concreto, ser tratado de forma diferenciada.

Alguns Deputados fazem cavalos de batalha quando tratam de temas sem aprofundá-los. Temos que ter responsabilidade nesta Casa. O povo nos cobra lá fora. Nós mesmos ficamos criando factóides contra aquilo que corretamente fizemos. Como bem disse o Deputado Strapasson, se temos no Paraná há mais de 10 anos, desde 1995, quando foi votada a primeira Lei Orgânica do IPVA, que estabelecia os critérios gerais, anexamos a tabela da FIPE ao mesmo regimento. Em 2007 votamos uma tabela que estava muito defasada em 2008.

Concluo meu pronunciamento dizendo que esta Casa não pode criar um embaraço contra o que de bom o Governo está fazendo, de um tema absolutamente transparente.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança da Oposição.

(Declina)

Bloco PTB/PR. Com a palavra, Jocelito Canto.

Liderança do Bloco PTB/PR: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente quero tocar nesse tema que envolva a questão de cobrança de taxas de lixo, que estão sendo cobradas pela SANEPAR. O Deputado Reni levantou esse tema aqui e eu, como já fui Prefeito, Deputado Reni, acho que os Prefeitos acham uma saída para poder acabar com a inadimplência. A inadimplência do lixo é coisa

fenomenal, e a Prefeitura não pode cortar o lixo, como o IPTU, a Prefeitura tem dificuldade de cobrar o IPTU, porque de acordo com o montante que ela tem para receber, muitas vezes ela se obriga a abrir mão de não cobrar, mesmo tendo a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, o que na verdade acontece, os Prefeitos procuram achar uma forma de sair da dívida ativa que é muito alta e todos os Municípios têm. Se pegar, todo Município tem dívida ativa, porque há uma inadimplência, porque se você não pagar a luz, a COPEL corta; se você não pagar a água, a SANEPAR corta; se você não pagar o telefone, a telefônica corta. Agora, a Prefeitura não pode cortar o IPTU e não pode cortar o lixo.

Então, os Prefeitos buscam o mecanismo da cobrança, de poder cobrar aquilo que é direito. E se você olhar lá, vai perceber que tem até pessoas que poderiam pagar e não pagam.

Então, na verdade o que os Prefeitos buscam, Deputado Nelson Justus, é uma forma de cobrar a garantia do pagamento, porque senão, depois, tem que fazer o *Refis* em que as Prefeituras oferecem 80, 60, 70% de desconto.

Não vejo tanto problema nesta questão de cobrar, na água da SANEPAR, cobrar o lixo, porque o que é o lixo? O lixo é garantia de uma saúde preventiva. Como vi o Deputado Ney Leprevost agora dizendo aqui que quer prevenir. Prevenir é colher o lixo em dia, e colher o dia a dia é receber.

Então, Deputado Reni, com todo o respeito, respeito V. Exa., neste país se cumpre um monte de leis e mais um monte não se cumpre. Acho que os Prefeitos fazem esses convênios para melhorar o recebimento. Quem já foi Prefeito sabe o que significa dívida ativa. Você tem lá 50 milhões e não pode cobrar, e chega num momento que não compensa cobrar da Prefeitura. Sai mais caro cobrar, Deputada Beti, fazer a ação, do que cobrar o valor que tem que cobrar das pessoas.

Então, os Prefeitos fazem uma prevenção ao tentar incluir na questão. Claro que a lei, aí V. Exa. vai dizer: "Mas a lei determina que a lei," mas neste país tem tantas leis que não são cumpridas.

Então, gostaria de dizer a V. Exa., Deputado Reni, que lhe admiro profundamente, mas acho que os Prefeitos acham uma forma de cobrar para poder garantir receita, para poder fazer obras, principalmente para a população.

Então, este é o meu pensamento sobre essa questão que envolve o lixo.

Quero falar de um segundo assunto aqui, o pessoal do PMDB, nosso líder que está aqui, Deputado Pugliesi, tenho visto aqui muita discussão em torno do PMDB, quem vai ser o candidato, quem não vai ser, uns do PMDB pulando a cerca, outros não, e assim por diante. Quero dizer a vocês que eu, como membro do PTB, estarei brigando na convenção do nosso partido, eu particularmente, para que o PTB apóie nas próximas eleições a candidatura do Vice-Governador Orlando Pessuti. Tenho

o maior respeito pelos demais candidatos, mas tenho uma afinidade e um carinho muito especial pelo Vice-Governador Orlando Pessuti. Acho que além de ter sido um exemplar Parlamentar nesta Casa, tem sido um dos grandes homens deste Estado, uma pessoa simples, que te dá atenção, que está sempre solidária a você, é companheiro, amigo, acho que não existe ninguém neste Paraná que conheça as pessoas e os companheiros pelo nome como conhece o Pessuti.

Então, eu, particularmente, sendo ou não político, quero adiantar desde já que o Pessuti, terá o meu apoio, independente onde eu esteja, porque acho que ele é uma pessoa que merece o respeito do povo do Paraná, merece uma oportunidade.

Então, quero dizer desde já que dentro do nosso partido, o PTB, são vários segmentos, pessoas, grupos que definem outro lado, que definem a convenção, mas eu, mais uma vez, vou defender a candidatura do Pessuti, porque acho que é o momento dele, é um momento bom, porque é uma pessoa que, sinceramente, tenho muito carinho, e é uma pessoa que por onde passa só conquista amigos. Alguém já viu o Pessuti brigar com alguém? Não, o Pessuti é diferente, um cara especial, e eu sinceramente tenho um carinho muito especial e vou trabalhar no PTB para que isso ocorra. Se isso não ocorrer, meu voto ele terá, porque é uma pessoa que já fez muito pelo Paraná e só falta uma oportunidade. Por isso, senhores membros do PMDB velho de guerra, vamos valorizar: santo de casa faz milagre sim, e esse é o Pessutão!

Para finalizar queria fazer aqui um agradecimento, eu vi aqui o PMDB brigando com o PT sobre quem é o pai da criança. Fico feliz de ver aqui que esse segmento é novo. Recentemente estivemos numa audiência com o Governador para tratar da questão do curso de Medicina que estava para voltar, ou não voltar, em Ponta Grossa. Briga, confusão...achamos um dia bom para conversar com o Governador, lá estava o Ministro da Saúde e se falou do hospital regional de Ponta Grossa. Naquele dia o Ministro disse ao Governador que poderia conceder os equipamentos ao hospital regional de Ponta Grossa, e para alegria nossa, ontem estivemos lá com o Dr. Gilberto e o Governador Requião, e veio a confirmação que o Dr. Gilberto esteve em Brasília e o Ministro da Saúde confirmou aquilo que ele havia dito e foi autorizada a colocação de 28 milhões de equipamentos por parte do Governo Lula no hospital regional de Ponta Grossa!

Isso é mais importante que a próxima eleição, é muito mais importante. Se o PMDB vai apoiar PT ou PSDB, o importante são os 28 milhões de equipamentos para salvar vidas! Essa é uma parceria boa! Então, quero destacar aqui: o Dr. Gilberto Martin foi a Brasília, levou toda a documentação e o Governo vai liberar os equipamentos para o hospital, um hospital que vai chegar aos 50 milhões, essa obra em Ponta Grossa, depois dos equipamentos! Obra do Estado, obra do Governo Federal. O Município também fez a sua parte e nós vamos ter aquilo

que vai dar ciúme em muita gente: nosso hospital regional, que nunca tivemos nos Campos Gerais.

Agradeço aqui ao Secretário que foi a Brasília e conquistou aquilo que é mais importante, que faz bem entre PT, PMDB e todos, que são recursos, obras! Ninguém precisa ser o pai da criança, o importante é que a obra ocorra!

Concedo o aparte ao Deputado Péricles, depois ao Deputado Reni Pereira.

O Sr. Péricles de Mello (PT)

Deputado Jocelito, em primeiro lugar quero cumprimentá-lo pelos elogios ao nosso Presidente, tem 84% de aprovação, coisa inédita na história do Brasil.

Mas queria manifestar a minha posição favorável ao seu discurso em relação à taxa de lixo. Fui Prefeito, o senhor foi e sabemos da dificuldade de cobrar a taxa de lixo. O prefeito que tem o objetivo popular de distribuir a renda, o importante é que ele consiga cobrar aquilo que é justo e que o cidadão pague para ele poder distribuir a renda. Inclusive em Ponta Grossa, quando eu era Vereador, fiz várias leis de isenção do IPTU para as pessoas que ganham pouco, mas para isso o Prefeito tem que receber e arrecadar conforme a lei. É muito difícil cobrar a taxa de lixo, e quando a cobrança é feita junto com a SANEPAR, é uma forma de forçar o cidadão a pagar. Isso é bom para o Município, é bom para que possamos ajudar as pessoas que mais necessitam.

Eu queria pedir um aparte, mas não houve tempo, inclusive estava aqui o Stica, hoje diretor comercial da SANEPAR e eu queria parabenizá-lo pelo seu pronunciamento.

Era isso.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

Deputado Jocelito, depois do aparte do Deputado Péricles acho que é até desnecessário o meu aparte, a palavra forçar é que leva a Comissão de Defesa do Consumidor desta Casa a defender o interesse daqueles que não têm mais a quem recorrer. Não falo aqui da questão da eficiência, com certeza é o método mais eficiente, tanto é que o Deputado Pedro Ivo sempre falou que caiu de 52% a inadimplência do lixo para menos de 0,5%. Sei de eficiência, agora os Prefeitos já tiveram a defesa dos Vereadores quando autorizaram o convênio com a SANEPAR.

O que eu alego é que esta Casa, a Comissão de Defesa do Consumidor não terá mais legitimidade, nem o Governo do Estado, podem extinguir o PROCON para cobrar qualquer atitude de respeito para como o consumidor da iniciativa privada se a empresa pública SANEPAR não respeitar o Código de Defesa do Consumidor. A nossa queixa é contra a SANEPAR, por permitir que junto com o seu produto, que é a água, ela cobre, sem a autorização do consumidor, mais a taxa de lixo. Não sou contra. O que sou contra é não ter a autorização do consumidor.

O Sr. Edson Strapasson (PMDB)

Vejo com muita preocupação essa questão. Em primeiro lugar o que preocupa muito a condição de recebimento dos Municípios e a sua capacidade administrativa e jurídica de poder cobrar daqueles que pagam, efetivamente, o IPTU, do qual a Prefeitura tem dispositivos legais para acionar e cobrar não só o lixo, mas também a taxa de conservação da rua, a questão da limpeza, ou até o IPTU.

É evidente que tem dois tipos de consumidores: aquele que tem a sua propriedade e aquele que muitas vezes ocupa um terreno. Aí vem a preocupação maior. Só que vejamos bem, temos que lembrar que muita gente que não consegue sequer pagar a água, e o Governo do Estado do Paraná tem adotado tarifa social como o seu carro chefe, viabilizando o fornecimento de água, 2,5 m³ por habitante, para aqueles que não podem pagar. Agora imaginem embutido neste custo, que é pequeno, R\$ 7,50, R\$ 8, se além da taxa de água já vem o esgoto e também vem a coleta de lixo. Daqui a pouco o consumidor, o usuário, o cidadão mais humilde não vai poder pagar. Vai ficar sem água?

Acho que a Prefeitura, até na sua condição social, pode absorver um percentual daqueles que são inadimplentes. Agora, colocar em risco que o cidadão tenha a sua água cortada por inadimplência, por não poder pagar porque onerou através do esgoto e através do lixo, é uma preocupação que temos que ter e devemos avaliar com muito cuidado essa questão.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para concluir esta questão. As Câmaras Municipais têm autonomia para permitir o Prefeito de formar o convênio. O dono da água não é o Estado. O Estado apenas tem uma concessão. Quem na verdade determina a cobrança é o Município. Se os Legislativos Municipais concederem o direito ao Prefeito fazer isso, não vejo problema nenhum. Agora, nesta mesma lei municipal pode ter lá dentro da lei, se colocar essa questão social, que não se coloca essa questão na questão da tarifa social da água. Pode se abrir um precedente neste caso.

Queria dizer que o debate foi bom em relação a tudo isso. E dizer que gosto sempre de lembrar aquela frase do nosso saudoso Deputado Aníbal Khury: “Na frente do balcão é fácil; atrás é difícil.” Na frente você pede uma cervejinha geladinha, aquele petisquinho bem gostosinho, a cachacinha no ponto. Na frente você pede tudo e grita. Agora, quando você passa a ser o dono do bar, atrás, você tem que cuidar para que tudo isso funcione. Quando se está na frente é fácil pedir, xingar e gritar. Quando você vem para trás e assume o comando, você começa a perceber que tudo que você acha que podia fazer, você não pode. Queria falar desse assunto. Acho que os Prefeitos não estão errados, eles estão se prevenindo para ter mais recursos, porque é fácil fazer leis para não se cobrar nada. Daqui a pouco ninguém cobra mais nada, acaba e não tem mais como fazer obras sociais.

Mais uma vez pedir ao PT e ao PMDB que não saiam do prumo, continuem na linha, não briguem, sigam esse exemplo que vimos agora do hospital regional de Ponta Grossa. O Estado entrou com os recursos para obra e o Governo Federal vem com os equipamentos. Vejam que maravilha, que coisa linda! Deixem a eleição para o ano que vem! Vamos continuar trabalhando juntos, porque aí acontecem obras maravilhosas como essa que está aí e que vamos inaugurar em breve.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra, no horário da Liderança da Oposição, ao Sr. Deputado Reni Pereira.

Liderança da Oposição: Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Sr. Presidente, só para deixar bem claro que quando levantamos esta questão do lixo, levantamos em nome da Comissão de Defesa do Consumidor, que tem como obrigação constitucional e regimental defender todas as queixas de consumidores. Mais uma vez eu afirmo, seu da eficiência desses convênios e da praticidade que leva aos Municípios. Por outro lado os consumidores também têm os seus direitos. Quem vai defender esses direitos senão o PROCON? Porque a partir do momento em que o PROCON, a Comissão de Defesa do Consumidor desta Casa não defende esses e a aplicação da lei, com certeza se torna desnecessário. Qualquer cobrança que fizermos daqui em diante para as empresas da iniciativa privada, porque o nosso questionamento é contra a SANEPAR, como será também contra a COPEL, se adotar a mesma prática. Não somos contra a cobrança, desde que seja autorizada pelo consumidor, porque caso contrário é uma prática abusiva, e como tal ela está vedada.

Deixar isso bem claro, porque quando se fala em justiça, em programas, temos que levar também em conta que terrenos baldios, Deputado Romanelli, aqueles que servem para a especulação imobiliária para aqueles que ficam esperando a cidade crescer para um dia vender aquele terreno, não têm hidrômetro. Ali é um grande depósito de lixo. Agora, a partir do momento em que você rateia essa cobrança somente para aqueles que têm hidrômetro, com certeza é facilitada a cobrança e a arrecadação. Mas será que é assegurada a justiça? Eu acho que não é assegurada a justiça, porque muitas vezes, até por você permitir com que a pessoa não pegue porque contesta uma cobrança abusiva, uma alta taxa de IPTU, uma alta taxa de lixo, acho que é um direito que, como o Deputado Péricles falou: na verdade você força. O que a SANEPAR está fazendo é forçando, colocando uma camisa de força para que se alguém não quiser, ou não tiver dinheiro para pagar a

taxa de lixo, vai ter automaticamente a sua água cortada e o fornecimento da sua família.

Concedo o aparte do Deputado Romanelli.

O Sr. **Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**

Agradeço. Todos sabem neste País, por força dos mandamentos constitucionais, que é titularidade dos Municípios a exploração do serviço de água, esgoto, coleta e destinação dos resíduos tóxicos. Se por concessão, por conta dessa decisão que o Município toma, ele faz a concessão da prestação de serviços de uma Companhia Nacional de Saneamento, como é a SANEPAR, uma empresa exemplar, da mesma forma o Município pode conveniar, para que o morador pague também a coleta da taxa de lixo junto com a conta de água. Os outros que também são proprietários, que têm lotes vazios, muitas vezes servem até de especulação imobiliária, pagam junto com o IPTU a taxa da coleta de lixo. Não vão deixar de pagar, até porque senão os Prefeitos que assim não procederem vão estar incidindo num crime de responsabilidade.

Deputado Reni Pereira, V. Exa. há de reconhecer, existem instrumentos legais, inclusive na própria Constituição Federal, artigo 182, 183, para poder de fato aplicar o IPTU progressivo, obriga que se construa - os especuladores que especulam as Cidades de forma a poder ter proveito da infraestrutura - mas indiscutivelmente o consumidor tem instrumento para se garantir.

Agora, por outro lado temos que ter as Cidades limpas, temos que ter as Cidades organizadas. Dizia outro dia ainda, sei que é uma frase neoliberal: "Mas não tem almoço de graça." Alguém tem que pagar, de fato, a taxa da coleta para ter coleta, destinação e tratamento dos resíduos sólidos.

A SANEPAR executa esse serviço por convênio, e quem tem a titularidade dos serviços, são os Municípios, tanto de água, esgoto e lixo. A cobrança, a SANEPAR cobra uma tarifa 0,43, 0,47, um valor com relação à cobrança que é o custo mínimo que tem no sistema para poder, de fato, repassar os recursos e o Município com isso administrar os sistemas. Modernamente, saneamento básico é quem estuda a matéria. Saneamento básico é água, esgoto, resíduo sólido e água fluvial, que é um tema complexo, que muitas vezes não é tratado, porque a grande maioria das Cidades, aqui tem Deputados e Deputadas que dizem: "Está acabando o asfalto do meu município". E isso? É isso! Porque só se fez um antipó, se fez asfalto e não se fez galeria de água fluvial, fez uma casca de ovo e efetivamente não fez a galeria de águas fluviais e sabemos que o grande inimigo do asfalto é a água.

Por isso essa matéria em que ser tratada modernamente, como solução para melhorar a qualidade de vida da Cidade.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Sr. Presidente, só para justificar o equívoco do Deputado Romanelli, a SANEPAR é uma empresa. É

bem verdade que ela é uma concessionária de um serviço público municipal, e como empresa ela também se submete às regras de defesa do consumidor.

Portanto, está proibida, está vedada de cobrar qualquer outro tipo de serviço ou taxa, se não autorizada pelo contribuinte. Como falei, se o contribuinte autorizar ela pode cobrar, mas não é o caso.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 002/09, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei dispondo sobre a aprovação de abertura de crédito especial no valor de R\$ 39.620.000,00 (trinta e nove milhões, seiscentos e vinte mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado de Obras Públicas - SEOP. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 003/09, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso ao Município de Arapongas, de área de terras com 868,00m², destacada da quadra 14-A, com frente para a Rua Flamingos, naquele Município, contendo área construída de 673,30m², conforme Transcrição das Transmissões sob nº 4524, do 2º Ofício de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Arapongas. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 035/09, subscrito pelo Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, solicitando inscrição no Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 25/03/09, para pronunciamento e homenagem ao Departamento de Polícia Federal no Estado do Paraná, por ocasião da data comemorativa (dia 28) da criação do Departamento da Polícia Federal. **À Comissão Executiva.**

Ofício nº s/n, subscrito pelo Deputado Reni Pereira, constante do expediente, comunicando sua ausência nas Sessões Plenárias de 02 a 14/02/09, devido ao fato de estar representando oficialmente este Poder Legislativo em visita à Itália, para conhecer a atividade industrial de reciclagem e de logística desenvolvida naquele País. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Proposta de Emenda à Constituição Estadual, de autoria do Deputado Professor Lemos, devidamente apoiada, constante do expediente. **Recebido; Publique-se no Diário da Assembleia e em avulso, para conhecimento**

dos Srs. Deputados; à Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Indicação nº 149/09, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Paraná Esporte, estudos de viabilidade para implantação de uma academia da terceira idade no Município de São Tomé. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 150/09, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Governador do Estado, a doação de uma ambulância para o Município de Mandaguaçu. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 151/09, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Secretaria de Estado da Educação, a construção de quadra coberta no Colégio Municipal Noêmia do Amaral, no Município de Paranavaí. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 152/09, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Secretaria de Estado da Educação, a construção de quadra coberta no Colégio Municipal Antônio F. de Souza, no Município de Diamante do Norte. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 153/09, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Cultura, a construção de Biblioteca Cidadã no Município de Campina Grande do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 154/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, providências urgentes para resolver problemas estruturais na cadeia de Peabirú. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 155/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado, a doação de um ônibus ao Município de Mariluz. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 156/09, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, a reforma do Hospital Municipal Lauro Macedo Sobrinho, situado no Município de Centenário do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Deputado Péricles de Mello, constante do expediente, solicitando registrar mudança na composição de Comissões Permanentes desta Casa, passando a ser da seguinte forma: Comissão de Direitos Humanos: Deputado Tadeu Veneri. Comissão de Defesa do Consumidor: Deputada Luciana Rafagnin. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Deputado Péricles de Mello, constante do expediente, indicando o nome de Deputado do PT, Professor Lemos, para compor a Comissão Especial de Reforma da Constituição Estadual PEC nº 014/09, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que acrescenta artigo 174-A, na Constituição do Estado. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Memorando de autoria da Mesa Executiva, constante do expediente, solicitando aos Srs. Líderes do PMDB, PSDB, PT, DEMOCRATAS, PP e Bloco PSB/PRB/PR indicarem membro partidário, para Comissão Especial de Reforma da Constituição, que irá opinar sobre a Proposição nº 014/09, que objetiva acrescentar artigo 147-A, na Constituição do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Péricles de Mello, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 330, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, constante do expediente, justificando sua ausência em Plenário na Sessão do dia 18/02/09, devido a compromisso em Umuarama, na abertura do Show Tecnológico Arenito Caiuá, que contará com a presença do Vice-Governador Orlando Pessuti. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 331, de autoria do Deputado Ney Leprevoswt, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência em plenário no dia 16/02/09, devido a compromisso de Saúde Pública. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Quero registrar a presença do ex-Deputado Fernando Carli Filho, que prestigia seu filho Ribas Carli Filho, que celebra mais um aniversário. Jovem vigoroso, bom amigo, carreira brilhante pela frente, que Deus continue abençoando a vida desse grande Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Mesa associa-se às manifestações e cumprimento pelo aniversário do nosso Fernando Ribas Carli Júnior.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 504/08, de autoria do Deputado Nelson Justus, que reconhece a União dos Vereadores do Paraná - UVEPAR, como entidade oficial representativa das Associações Microrregionais de Câmaras, Câmaras Municipais e Vereadores do Estado do Paraná, para todos os efeitos de representatividade. **Aprovada. (Publ. no DA nº 139/08, de 19/11/08, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 509/08, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a divulgação da advertência “se beber não dirija” em cartões e panfletos de propaganda de bares, restaurantes e casas de evento. **Aprovada. (Publ. no DA nº 139 /08, de 19/11/08, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 537/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que institui a Semana Cultural das Bandas e Fanfarras no Estado do Paraná, a ser realizada na última semana de novembro, e passa a integrar o calendário de eventos do Estado e, dá outras providências. **Aprovada. (Publ. no DA nº 147/08, de 09/12/08, em Projetos de Lei).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 548/08, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de utilidade pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Dom Pedro I, com sede e foro no Município de Lindianópolis. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 548/08
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Dom Pedro I, com sede no Município de Lindianópolis e foro no Município de Ivaiporã.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16/02/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 433/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que cria Comitês Municipais de Tolerância Zero para Mortalidade por Câncer de Mama no âmbito do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 523/08, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que acresce o parágrafo único no artigo 1º da Lei nº 15967/08. (Ficam obrigados o SPC, SERASA e qualquer outro órgão de bancos de dados a retirar o nome do cidadão de cadastro positivo após confirmação do pagamento do débito). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 047/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 107/08, que altera as delimitações das Circunscrições dos 1º e 2º Serviços de Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 047/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As Circunscrições dos 1º e 2º Serviços de Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco, estabelecidos no anexo I da Lei nº 6767, de 30/12/75, com as suas posteriores alterações, passam a ter as seguintes delimitações territoriais:

1º Ofício: abrange o território do Município de Bom Sucesso do Sul e o território do Município de Pato Branco situado à esquerda da linha divisória definida pela PR-493 (anterior PR-469), do limite com o Município de Bom Sucesso do Sul até o Trevo Patinho, seguindo a partir deste pela avenida Tupy até a PR-280, no Trevo Patrolinha;

2º Ofício: abrange o território do Município de Pato Branco situado à direita da linha divisória supra-mencionada, e os territórios dos Municípios de Itapejara do Oeste e Vitorino.

Art. 2º Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21/02/08.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

JUSTIFICATIVA:

As delimitações territoriais das circunscrições imobiliárias da Comarca de Pato Branco constam do anexo I da Lei Estadual nº 6767, de 30/12/75, com suas posteriores alterações.

A Lei Estadual nº 11920, de 08/12/97, ao alterar dispositivos da Lei Estadual nº 7297, de 08/01/80, a qual trata da Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, estabeleceu nova divisão judiciária para as Comarcas de Pato Branco e Dois Vizinhos, remanejando o distrito judiciário de Verê, da Comarca de Pato Branco para a Comarca de Dois Vizinhos, com repercussões na 2ª Circunscrição Imobiliária de Pato Branco.

Desta forma, necessário se faz uma redistribuição mais equitativa do território da Comarca de Pato Branco entre os dois ofícios de registro de imóveis existentes, a fim de propiciar àqueles jurisdicionados uma melhor e mais eficaz prestação dos serviços registrares das citadas serventias.

O presente anteprojeto de lei visa corrigir essa distorção, de forma a proporcionar uma redistribuição mais justa entre os dois registros de imóveis daquela Comarca; ex vi do contido no artigo 242, do Código e Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná (CODJ), Lei Estadual nº 14277 de 30/12/03.

Ressalte-se que tal redistribuição obteve manifestação favorável do Exmo. Desembargador Corregedor Geral de Justiça, em 09/03/07.

O anteprojeto de lei contou com a aprovação, por unanimidade de votos da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias - CODJ, em data de 01/10/07, e por maioria de votos pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em sessão realizada no dia 14/12/07.

Por fim, registre-se que não haverá gastos resultantes do estipulado neste anteprojeto de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 047/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto em exame visa readequar as delimitações territoriais do 1º e 2º Registro de Imóveis situados na Comarca de Pato Branco, a fim de propiciar aos jurisdicionados residentes nesta área uma melhor e mais eficaz prestação dos serviços registrares das citadas serventias.

Fundamentação

Quando se trata de alteração legislativa, verificamos, inicialmente, qual é a competência para legislar.

No caso em tela, observamos que, conforme preceitos da Constituição Estadual, tem o Tribunal de Justiça

tal prerrogativa, por se tratar de alteração de divisões judiciárias, a saber:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

(...)

d) a alteração da organização e divisão judiciárias.

Assim, tendo em vista que cabe, ao Tribunal de Justiça dispor sobre a organização e divisão judiciária, somos pela constitucionalidade do projeto em tela, uma vez que aquele que possui competência para legislar também possui competência para alterar

Apenas no que tange à elaboração e redação deste projeto atentamos para o disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 095/98:

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

Sugerimos para tanto a adoção da emenda supressiva em anexo para sanar o vício formal de elaboração legislativa.

Conclusão

Dentro desse paradigma, verifica-se que o Projeto nº 047/08 encontra-se dentro dos ditames legais e constitucionais com a adoção da emenda supressiva em anexo, e assim sendo, concluímos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 25/11/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 047/08

Atendendo o disposto no artigo 137, do Regimento Interno desta Casa, retificamos o Projeto de Lei nº 047/08, para suprimir de seu artigo 2º, sua parte final, qual seja “revogadas as disposições em contrário”, passando o supracitado dispositivo a ter, portanto, o seguinte texto:

“Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 25/11/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

Apoioamento:

Nereu Moura.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 311, de autoria do Deputado Plauto Miró, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, infelizmente o autor do requerimento não esteve, nem ontem, nem hoje em Plenário.

Mas, como de qualquer forma parece um requerimento bastante específico, encaminhamos favoravelmente, embora o requerimento nomine uma empresa, mas como se trata de uma questão relativa ao meio ambiente e é um tema de ordem pública, pode-se tratá-la de forma objetiva, e o requerimento do Deputado Péricles de Mello atende aos requisitos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação. **Aprovado.**

Há sobre a mesa memorando onde os Srs. Deputados indicam membros para a Comissão Especial da Reforma da Constituição, que irá opinar sobre a Proposição nº 014/09, que objetiva acrescentar o artigo 147 à da Constituição do Estado do Paraná.

De igual maneira a Mesa informa que os membros indicados pelos seus partidos já decidiram que o Presidente da Comissão seria o Deputado Jonas Guimarães; o Vice-Presidente, Deputado Reni Pereira e Relator o Professor Lemos.

Portanto, a comissão está instalada, a Comissão Especial de Reforma à Constituição. Já com sua ata pronta.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, apenas para poder registrar a satisfação, não apenas pelo comportamento de V. Exa., para poder garantir a instalação da Comissão Especial, como também reconhecer como foram ágeis os líderes dos demais partidos para poder promover a indicação dos integrantes e a instalação dessa comissão sob a presidência do Deputado Jonas Guimarães, com a relatoria do Deputado Professor Lemos.

Não tenho dúvidas que a PEC do Emprego será muito bem avaliada, e esta Casa poderá, no tempo certo, votar uma medida extremamente importante em relação à garantia dos empregos daqueles que receberam benefícios fiscais.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Até aproveito a oportunidade para agradecer aos líderes dos partidos pela maneira rápida com que conseguimos, até porque precisamos efetivamente dessas agendas positivas.

Pela ordem, com a palavra o Deputado Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Justamente para contribuir com essa agilidade, eu me encontrava sozinho no nosso bloco, assinei, mas quero dizer que não necessariamente seja eu quem participa do meu bloco, sendo que provavelmente será o Deputado Ribas Carli, mas como no momento eu estava sozinho, então posteriormente o bloco fará a indicação oficial.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente.

Requerimento nº 344, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **À Comissão Executiva, para deliberar.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, sei que V. Exa. vai encaminhar à Comissão Executiva, mas se o Deputado Rangel me permitir, queria dizer daquilo que tenho tentado encaminhar, e obviamente falo isso não como Líder do Governo, mas como Parlamentar.

Entendo que temos que fortalecer as comissões desta Casa. O Deputado Marcelo Rangel preside a Comissão de Obras e de Transportes desta Casa. Então, Deputado Rangel, faça funcionar a comissão que V. Exa. preside! V. Exa. obviamente fará as inspeções através da comissão que preside, com a maior tranquilidade. É uma Comissão Permanente importante, então só execute aquilo que já é função de V. Exa. na Casa. Só isso!

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Talvez quando se fala em Comissão Especial dá-se a conotação de que estamos fazendo uma investigação de denúncias, mas neste caso aqui apenas estamos fazendo um acompanhamento. A Comissão de Transportes também estará auxiliando a Comissão Especial nessa visita ao porto de Paranaguá.

Acredito que não existe problema nenhum em fazermos a aprovação dessa comissão. Talvez, através da Comissão de Transportes, possamos também fazer essa análise, mas aí gostaria de pedir à Mesa Executiva a ampliação para que mais Deputados também da Bancada de Oposição possam acompanhar a comissão, juntamente com seus componentes.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Será encaminhado à Comissão Executiva, e da mesma maneira que respondemos ao Deputado Douglas Fabrício. É a maneira de fortalecermos as Comissões Permanentes da Casa, senão vamos fechá-las.

Vai voltar para a Comissão de Obras e para a Comissão de Transportes, mas nada impede que a Comissão de Obras e a Comissão de Transportes convoquem os Deputados que quiserem para acompanhar na inspeção.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Então, Sr. Presidente, agradeço muito a sugestão e aproveito também para fazer o convite a todos os Parlamentares da Assembleia para que possamos fazer uma visita nos próximos dias, talvez até mesmo amanhã, ao porto de Paranaguá, para acompanharmos os trabalhos da dragagem.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quero apenas recomendar aos Presidentes das Comissões, sem intenção alguma, mas o Deputado Ney Leprevost, da Comissão de Saúde, está fazendo isso com brilhantismo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, não é necessário, mas se for necessário me coloco aqui à disposição do Deputado Marcelo Rangel para estabelecer com a Superintendência da APPA a forma de fazer as inspeções, o acompanhamento que a comissão necessitar junto às operações de dragagem no porto de Paranaguá.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Requerimento nº 326, de autoria da Deputada Cida Borghetti, com apoio do Deputado Dr. Batista, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 345, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, queria entregar ao Deputado Marcelo Rangel, e tenho dito aqui que eu obviamente procuro, com a velocidade que o nosso Governo pode, informar os requerimentos de pedido de informações, aqueles requerimentos que não são para promover desgaste político, mas que são verdadeiramente bem formulados. E o Deputado Marcelo Rangel, ainda esta semana esta Casa aprovou um pedido de informações sobre quais os pontos mais críticos das estradas estaduais em que ocorre o maior número de acidentes.

Quero passar, Deputado Marcelo Rangel, a resposta que já foi oferecida aqui pelo Secretário de Estado dos Transportes, como já havia feito em relação a questão das concessionárias de transporte, em que ele, respondendo ao seu pedido de informações, especifica aqui através da Coordenadoria de Engenharia de Tráfego e Segurança Rodoviária da Diretoria de Operações do DER do Paraná, quais são justamente esses pontos críticos. E aqui estão relacionadas todas as rodovias, estaduais e federais, do Estado do Paraná, aonde se tem justamente os pontos mais críticos, o local, o perfil, o tipo de acidente geográfico que tem, ou da topografia, ou do desenho da própria estrada, número de acidentes, número de mortes e número de feridos. Passo a V. Exa. aqui a informação que foi oferecida pelo Secretário Rogério Tizzot, sempre veloz e do ponto de vista transparente em relação à sua gestão à frente da Secretaria dos Transportes do DER.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Pela Ordem**)

Mais uma vez eu agradeço.

Deputado Romanelli, veja só, ontem quando fizemos o pedido de informações, até V. Exa. falou que seria muito difícil, praticamente impossível passar essas informações à Assembléia. E o Secretário de Estado, Rogério Tizzot, foi realmente muito eficiente, mais uma vez, ontem eu teci elogios ao trabalho e a atenção que o Secretário está dando à Assembleia, e até mesmo aos Deputados da Oposição.

Então, neste momento eu agradeço mais uma vez ao Secretário, e mais uma vez eu volto a afirmar que talvez os requerimentos, as formações de comissões como agora eu acabei de fazer, de formular, são importantes para o trabalho do Parlamentar. E como estamos recebendo esse resultado dessas investigações aqui por parte da Secretaria do Estado, isso na verdade facilita o nosso trabalho como Deputado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Requerimentos nºs 320 e 221, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 335, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 336 e 241, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 348, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 433 e 523/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 755/07, 552/08, 010 e 020/09.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Ata de Comissão

Agricultura

COMISSÃO DE AGRICULTURA

Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniram-se os membros indicados pelas lideranças para comporem esta comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado Antonio Anibelli, Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o Sr. Presidente declarou instalada a comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes da Deputada Luciana Rafagnin e do Deputado Cleiton Kielse para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual eleita, a Deputada Luciana Rafagnin agradeceu a especial deferência de seus nobres Pares. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) ANTONIO ANIBELLI - Presidente

Severo Olimpio Sotto Maior - Diretor Legislativo